

## Memorando

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DO CEARÁ  
FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - FIDA

### Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire

EMPRÉSTIMOS I-882-BR E E-17-BR

MISSÃO DE REVISÃO DE MEIO TERMO, 29 DE NOVEMBRO A 15 DE DEZEMBRO DE 2017

#### A. Introdução:

1. Este Memorando apresenta um resumo dos achados e conclusões da Missão de Revisão de Meio Termo (RMT)<sup>1</sup> do Projeto Paulo Freire (PPF), realizada entre os dias 29 de novembro e 15 de dezembro no Estado do Ceará, e detalha os acordos sobre medidas, ações e ajustes necessárias visando o fechamento com execução integral do PPF em dezembro de 2019.
2. A Missão percorreu 10 dos 31 municípios da área de cobertura do PPF. Os seguintes municípios e comunidades foram visitados: Antonina do Norte (Macambira), Assaré (Serrinha dos Amâncios), Campo Sales (Lagoa Coberta), Hidrolândia (Santa Tereza do Silvino e Ilha do Esaú), Ipu (Alegria), Massapê (Trapiá), Moráújo (Timbaúba), Mucambo (Poço Verde), Parambu (Serra dos Paulos e Cooperativa COOLIMEL), Sobral (Contendas), e Tauá (Ingá).
3. Durante a Missão, a equipe do FIDA manteve reuniões com o Governador do Estado, o Secretário do Desenvolvimento Agrário (SDA), o Secretário de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o Secretário Adjunto da SDA, e o Secretário Executivo da SDA e equipe técnica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ).
4. Além disso, a Missão teve reuniões com o Chefe Geral da Embrapa Caprinos e Ovinos de Sobral e equipe técnica, Coordenador do Programa Água Doce da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE). Também houve reuniões com os vários parceiros na execução do PPF. Entre os parceiros nos arranjos de gestão houve reunião com o Instituto Agropolos, o Instituto Interamericano para Cooperação em Agricultura (IICA) e o Grupo Portfolio. No que tange as várias parceiras da sociedade civil responsáveis pela execução das diversas ações, houve reunião com representantes da Associação Cristã de Base (ACB), Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE), Cáritas Diocesana de Crateús (CDC), Centro de Estudo do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CACTUS), Centro de Pesquisa e Assessoria

<sup>1</sup> A Missão do FIDA foi composta por Hardi Vieira (Oficial de Programas do FIDA no Brasil), Emmanuel Bayle (Coordenador Técnico da Missão e Especialista em Desenvolvimento Rural), Danilo Pisani (Especialista em Gestão Financeiro), Giulia Pedone (Especialista em Focalização, Gênero, Juventude e Comunidades Tradicionais), Lucianna Matte (Especialista em Aquisições e Contratações), Pablo Sidersky (Especialista em Desenvolvimento de Capacidades e Assistência Técnica), Pedro Meloni (Especialista em Arranjos Produtivos e Comercialização), Pietro Simoni (Especialista em Infraestrutura Rural), e Rodrigo Dias (Especialista em Planejamento, Monitoramento e Avaliação).





(ESPLAR), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE), Instituto Antônio Conselheiro de Apoio, Assessoria e Pesquisa para o Desenvolvimento Humano (IAC), e Instituto Flor do Piqui (IFP).

5. Durante toda a Missão houve consultas constantes com a Coordenadora do PPF e a Unidade Gestora do Projeto (UGP) em Fortaleza e os Escritórios Regionais (ERPs) de Campos Sales, Sobral e Tauá. A Missão gostaria de sublinhar o excelente trabalho na preparação e agenda da RMT e no envio de informações e dados, que foram fundamentais para garantir o seu êxito.

#### **B. Avaliação geral da implementação do projeto:**

6. O Contrato de Financiamento do Projeto Paulo Freire se tornou efetivo na em junho de 2013 e tem sua conclusão prevista para 30 de junho de 2019 e o encerramento para 30 de dezembro do mesmo ano. Assim sendo, a presente RMT ocorre após ter completado 4 anos de execução e tendo um horizonte de 18 meses.

7. Desde a última missão de supervisão (junho de 2016), o Projeto alcançou um avanço geral muito significativo na sua implementação, permitindo recuperar parte do atraso acumulado durante os primeiros anos da sua implementação. Efetivamente, a constituição da equipe do Projeto e sua instalação física, a conclusão dos arranjos de implementação e a operacionalização do trabalho das entidades de Assessoria Técnica Continua (ATC), demoraram muito além das previsões iniciais o que originou esse atraso geral de implementação.

8. Entre os avanços mais significativos desde o início da implementação do Projeto, a Missão destaca os seguintes:

- i. Equipe técnica da UGP e ERPs completa e com meios de trabalhos disponíveis, necessitando apenas de pequenas adequações;
- ii. Convênios com o Instituto Agropolos e o IICA celebrados e que permitem realizar as contratações necessárias para o Projeto;
- iii. Identificação das 600 comunidades previstas nos 31 municípios de atuação e dentro dos critérios de pobreza e pobreza extrema;
- iv. Cadastramento de todas as famílias dessas comunidades em via de conclusão;
- v. Contratação de 7 entidades de ATC, colocando à disposição do Projeto 278 técnicos dedicados ao acompanhamento das comunidades;
- vi. Elaboração de 62 Planos de Investimentos, estando 28 em implementação e constituição e operacionalização dos Comitês Locais nos 31 municípios;
- vii. Elaboração de uma estratégia metodológica para o Gênero e a Etnia Quilombola;
- viii. Realização de 124 oficinas de Capacitações para acessar as políticas públicas e elaboração de uma cartilha sobre o tema;
- ix. Equipe de monitoramento e avaliação constituída, sistema de monitoramento operacional e Estudo de Linha de Base realizado;
- x. Ações hídras, conforme citado no parágrafo abaixo.

9. Um dos fatos marcantes dos últimos meses da implementação, e a principal mudança em relação ao desenho do Projeto, foi o financiamento de pequenas infraestruturas e equipamentos de tratamento de água no intuito de fornecer água potável para as famílias beneficiárias e escolas das comunidades atendidas. Essa medida emergencial foi acordada entre o FIDA e o Governo do Estado, em resposta aos efeitos da seca particularmente aguda que afeta toda a área do Projeto desde 2013. Em poucos meses foram definidas uma estratégia e metas, onde foram contratadas 4 entidades para construção de cisternas, com alcance de resultados significativos e concretos, como por exemplo, a finalização de 101 cisternas domiciliares (e 40 em construção) e a colocação em pleno funcionamento de 3 Estações de Tratamento de Água (ETAs). A missão avaliou como muito acertada essa adequação da atuação do Projeto.

10. O balanço geral da implementação mostra avanços muito positivos. Contudo, e considerando a grande quantidade de atividades à realizar, num prazo de tempo muito curto e durante o qual vão ocorrer um período eleitoral, o Projeto está no momento da RMT em situação de atraso significativo quanto ao alcance das suas



metas. A missão reiterou a necessidade urgente de acelerar o ritmo de implementação, mantendo a qualidade das atividades realizadas.

11. As projeções realizadas evidenciam que o PPF chegará ao seu término com o atendimento aproximado das metas definidas no desenho. No entanto, o Projeto identificou e mapeou uma demanda represada que não poderá ser contemplada pelo atual Contrato com o FIDA. A Missão identificou que essa demanda é de aproximadamente USD 27,5 milhões de dólares composta por, entre outras: 200 PIs (USD 12 milhões), ATC (2,5 milhões), acesso às políticas públicas (USD 3 milhões), mobilizadores (USD 1 milhão), acesso à água (USD 9 milhões). A Missão reconhece que essa demanda está alinhada e vinculada ao escopo do PPF.

12. Ao final da Missão, o Governo do Estado do Ceará solicitou ao FIDA um financiamento adicional de até USD 30 milhões de dólares e uma prorrogação do PPF para mais dois anos. Isso será avaliado pelo FIDA e respondido oficialmente brevemente, desde que algumas condições sejam cumpridas, entre as quais: i) que uma carta oficial seja enviada ao FIDA pela SEFAZ e SEPLAG, ii) a disponibilidade de recursos orçamentários e iii) o Plano de Ajuste Fiscal (PAF) inclua a operação adicional a fim de que permita a tramitação do pleito junto ao Governo Federal e o FIDA de forma rápida.

### C. Progresso na implementação do Projeto:

#### C.1. Aspectos institucionais:

13. A presença em campo das equipes dos escritórios regionais e das entidades de ATC, permitiu visibilizar a atuação do Projeto e estabelecer parcerias estratégicas. Foi frequente nas visitas de campo identificar resultados concretos oriundos das contribuições de prefeituras para a escavação mecânica das cisternas ou a realização de outras obras úteis para as comunidades. O envolvimento do poder público local é um sinal bastante positivo e que se deve procurar na medida do possível na perspectiva de fortalecer, ampliar e perenizar a ação do Projeto.

14. Um convênio de parceira com a Embrapa Caprinos e Ovinos está prestes a ser assinado e deve iniciar a princípio de 2018. Considerando que a criação de ovinos e caprinos representa a maioria dos planos de investimento, essa parceria com o centro de excelência da Embrapa é altamente relevante. As atividades previstas irão contribuir com o fortalecimento das capacidades dos técnicos das ATC por meio de capacitações e a introdução de novas práticas nas comunidades. Essa primeira parceria poderá servir de referência para os outros projetos do FIDA no Brasil, que têm a criação de ovinos e caprinos como eixo principal de investimentos produtivos.

15. Os objetivos do Programa Água Doce estão alinhados com a atuação do PPF, tanto sobre as questões de fornecimento de água potável para o consumo humano, como para desenvolver pequenas áreas irrigadas. Durante a reunião que houve com o coordenador deste Programa, foi sugerido que sejam implantados em 2018 algumas unidades pilotos de dessalinizadores e sistemas de irrigação em comunidades apoiadas pelo PPF.

16. A intensidade das relações institucionais estabelecidas e em construção são avaliadas como extremamente positivas. A equipe do PPF se posicionou como um catalisador de programas e entidades que atuam em prol a combate à pobreza rural. Essas parcerias vão permitir fortalecer as complementariedades, alavancar recursos e competências adicionais e de certa forma reforçar a sustentabilidade geral das ações apoiadas pelo Paulo Freire.

17. Devido aos ajustes sugeridos durante a RMT, a missão recomenda que o Manual de Implementação do Projeto (MIP) seja revisado até o 31/01/2018. A Missão recomenda que seja atualizado e revisado o Organograma da equipe.

#### C.2. Planejamento, Monitoramento e avaliação (M&A) e Alinhamento com o POA:

18. Na UGP, a equipe de M&A é composta por três profissionais. Além destes, em cada ERP há um profissional, com dedicação parcial, responsável pelo acompanhamento das ações do PPF em campo, coletando principalmente as informações provenientes das entidades de assistência técnica. No caso específico da ERP Sobral, a missão identificou a necessidade de um suporte maior em M&A, por causa do volume de informações geradas nesta região. Desta forma, é importante que o PPF reforce o M&A desta ERP com o objetivo de evitar atrasos no repasse de informações. Este reforço poderá ser realizado pela equipe da UGP de forma remota.

19. Portal da Agricultura Familiar: O sistema informático de cadastramento de beneficiários de políticas públicas (no âmbito da SDA), foi ampliado para possibilitar também o cadastramento das famílias beneficiadas por ATC (e PI), com a interface preparada para a aplicação do questionário diretamente em campo através do



uso de *tablet*. Esta ferramenta possibilitou que as informações fossem capturadas de forma rápida e precisa, otimizando o tempo necessário para a realização da tarefa. A missão identificou que o módulo de relatórios do sistema não permite gerar informações personalizadas do perfil das famílias cadastradas, e fica restrito a algumas poucas consultas. Pela riqueza de dados obtidos em campo, torna-se primordial que o Projeto tenha acesso direto às informações que julgue pertinente para o planejamento das ações do Paulo Freire.

20. Estratégia de Atendimento às Metas: Em virtude das informações dos avanços físicos fornecidas e a projeção para o atendimento às metas definidas no documento de desenho original, o Projeto atualmente está abaixo do esperado em relação ao cumprimento das principais metas dos componentes, utilizando como base que 3 anos (dos 5 anos do Projeto) já foram comprometidos. Abaixo, seguem as tabelas com os valores de famílias obtidas até o presente momento, e uma previsão de atendimento até o final do Projeto.

Componente 1					
Principais Indicadores de Monitoramento	Executado / em execução		Previsto		TOTAL
	nº	Famílias	nº	Famílias	Famílias
Capacitação em Políticas Públicas					
Comunidades atendidas (PPF)	84	3.360			3.360
Outras Comunidades	84	3.360	434	17.360	20.720
ATC (comunidades beneficiadas)	302	15.100	298	14.900	30.000
Cisternas Escolares			21	3.780	3.780
<b>Total C1 (Sem repetição)</b>					<b>57.860</b>
Componente 2					
Planos de Investimentos (comunitário)	62	2.352	420	15.120	17.472
Planos de Investimentos (cooperativa)			1	120	120
Famílias com acesso à outras fontes de recursos		308		9.692	10.000
<b>Total C2 (Sem repetição)</b>					<b>27.592</b>
<b>Previsão de Famílias para o atendimento da Meta do Projeto (Sem repetição)</b>					<b>54.500</b>

21. Cabe ressaltar que as principais metas previstas no desenho são: Componente 1, 30.000 famílias beneficiadas por ATC; Componente 2, 20.000 famílias por Planos de Investimentos (PI); 10.000 acessam outras fontes de recurso; e Meta de 60.000 famílias beneficiadas. Com a previsão apresentada na tabela acima, o Projeto poderá atingir 91% da Meta, 100% do Componente 1 e 92% do Componente 2. Cabe destacar que a meta de capacitar 60.000 famílias em políticas públicas poderá ser realizada com consultorias especializadas (nas comunidades não atendidas pelo PPF), e no âmbito dos PIs com as ATCs. Com o objetivo de alcançar 100% da meta geral, o Projeto deverá monitorar ações complementares, onde as famílias sejam beneficiadas por outros investimentos conquistados pelo apoio do Paulo Freire.

22. Desafios para o M&A: Além do monitoramento dos avanços físicos do Projeto, o M&A terá como desafios os seguintes temas: i) Mensurar os indicadores de Resultado, através da elaboração de uma metodologia própria para cada indicador presente no marco lógico; ii) Monitorar benefícios conquistados pelas famílias oriundos de outras fontes; iii) Monitorar a execução dos DRP e do PI em elaboração pelas entidades de ATCs, e enviar informes quinzenalmente ao FIDA, conforme tabela em anexo; iv) Manter o marco lógico atualizado; e v) Manter o suporte às equipes de M&A das ERPs.

23. Execução física do POA 2017: Com base nos avanços físicos cadastrados no sistema de M&A do FIDA, o Projeto atingiu a execução de 21% do POA 2017, onde 37% no componente 1 e 4% no componente 2.

### C.3. Focalização: Juventude, Gênero, Comunidades Tradicionais:

24. Os mecanismos de focalização e os critérios de elegibilidade adotados para a seleção das famílias beneficiárias demonstraram serem adequados para atingir o público alvo, conforme definido no desenho do Projeto e, dentro dele, os grupos prioritários (mulheres, jovens e famílias mais vulneráveis). A nível municipal, a instituição dos Comitês Locais (CLs) tem assegurado a participação ativa dos membros das comunidades na mobilização dos grupos beneficiários, na revisão e seleção dos PIs e, de forma geral, no acompanhamento do andamento das ações do Projeto nas comunidades.

25. A missão reconhece avanços importantes para incorporar uma abordagem de gênero, juventude, raça e etnia nos Componentes do Projeto. A integração em 2017 de uma especialista em gênero e de um especialista em juventude e comunicação na equipe do Componente 1, tem sido fundamental para impulsionar uma série de atividades (oficinas, seminários e intercâmbios) sobre estas temáticas, envolvendo as entidades de ATC, as/os técnicas/s dos ERPs e a UGP assim como as comunidades beneficiárias. O Projeto conta hoje com a planificação de um conjunto de atividades específicas dirigidas a mulheres, jovens e comunidades tradicionais e com uma estratégia de gênero elaborada; uma oficina para a construção participativa do Plano de Ação de Juventude está prevista para o final de dezembro de 2017.



26. Com relação aos investimentos produtivos, até o momento da missão as mulheres representam 59% dos beneficiários diretos dos 62 PIs elaborados; delas, 31% são jovens. A população jovem (homens e mulheres) representa no total 20% dos beneficiários dos PIs elaborados; neste quadro, mulheres e jovens atingem juntos 64% dos beneficiários diretos dos projetos produtivos, superando a meta prevista de 50%. Apesar destes dados apresentarem um cenário muito positivo, a amostra está alicerçada em um número limitado de PIs (62 sobre uma meta de 600), pelo qual esta proporção poderia ser revertida. Portanto, recomenda-se harmonizar um enfoque centrado na demanda dos beneficiários, com critérios de focalização direta para a inclusão mulheres e jovens, com o objetivo de respeitar a meta de pelo menos 50% dos PIs tendo este público como beneficiário direto.

27. Foi lançado um Edital para a contratação de 200 jovens mobilizadores sociais (50% mulheres) para acompanhar as associações beneficiárias dos PIs na gestão organizacional e financeira; a missão sugere que as/os mobilizadoras/es possam atuar como agentes multiplicadores, capacitando outras/os jovens dentro das comunidades atendidas na gestão das associações às quais pertencem. Espera-se, desta forma, fortalecer as capacidades das/os jovens das comunidades beneficiárias, suas redes sociais e criar as condições para garantir a sustentabilidade das associações após a terminação do Projeto.

28. A missão identificou algumas fragilidades e oferece aqui uma série de recomendações para a implementação da estratégia de gênero, juventude, raça e etnia: (i) com o objetivo de agilizar e harmonizar o processo de abordagem destas temáticas com o público beneficiário, recomenda-se preparar um guia metodológico, sintético e prático, que possa orientar o trabalho das diferentes equipes de ATC, tanto na fase de elaboração dos PIs como durante a implementação das atividades produtivas; (ii) incluir oficinas de capacitação para os mobilizadores sociais sobre estas temáticas; (iii) atenção especial deverá ser dada às comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas, em particular) que, até o momento, não têm recebido uma abordagem diferenciada; (iii) neste contexto, sugere-se que a especialista em gênero e o especialista em juventude intensifiquem as visitas aos territórios, trabalhando conjuntamente com as equipes dos ERPs e de ATC no acompanhamento de atividades (diagnóstico e elaboração de PIs) com as comunidades; (iv) finalmente, recomenda-se reforçar o diálogo e a articulação entre os Componentes do Projeto para efetivar a inclusão transversal da abordagem de gênero e juventude no âmbito das atividades produtivas e no marco do Monitoramento e Avaliação

#### C.4. Desenvolvimento de Capacidades:

29. Assessoria Técnica: A Assessoria Técnica Contínua (ATC) implementada pelo PPF foi contratada em dois momentos. O primeiro ocorreu em setembro de 2015, quando foram contratadas três entidades para atender duas comunidades em cada um dos 31 municípios atendidos pelo Projeto (cobrindo um total de 62 comunidades e 2.644 famílias). Esta ATC da 1ª fase deve se encerrar em outubro de 2018, após três anos de trabalho nestas comunidades. A 2ª fase da ATC, que visa atender mais 538 comunidades (com 21.250 famílias) da área de intervenção do Projeto iniciou-se há somente uns três meses, em setembro de 2017. Ela deverá se estender até o final da vigência do PPF, previsto para junho 2019. As entidades da 1ª fase desenvolveram, em 26 meses, um número significativo de atividades, em destaque a elaboração de 62 PIs. Na data da presente RMT, 27 destes PIs receberam recursos e estão sendo implementados. Por outro lado, nas visitas feitas a campo, foi possível constatar que as equipes de ATC realizaram, além dos PIs, atividades dos mais diversos tipos, conseguindo também resultados interessantes.

30. Mas, observando o que foi feito até o momento e o panorama do futuro, fica claro que o principal problema encontrado neste âmbito da ATC 1ª fase é o atraso acumulado no domínio da elaboração e implementação dos PIs. Neste domínio, a primeira recomendação é de se realizar um planejamento detalhado e cuidadoso do trabalho a ser realizado nos meses que faltam, buscando acelerar ao máximo o ritmo de implementação das atividades que restam por fazer até o final do contrato. Por outro lado, considerando a existência de resultados interessantes, não atrelados a PIs, nas comunidades trabalhadas, recomenda-se também que seja feito um trabalho breve de registro e valorização destes.

31. Embora o tempo de trabalho das equipes de ATC 2ª fase seja, até a data atual, de apenas três meses, foi possível observar que o trabalho estava avançando com bastante celeridade. Nas visitas em campo foi possível detectar que todos os envolvidos, a começar pelas ATCs, entenderam muito bem que o momento do Projeto exige a maior rapidez possível, com qualidade. Ao mesmo tempo, a missão também pode detectar a existência de algumas deficiências, por exemplo, no uso do instrumento do DRP. Recomenda-se que na supervisão que as equipes do PPF fazem em campo, elas possam propiciar os ajustes de sintonia fina em torno dos DRPs e dos PIs sem que isto signifique um atraso no cronograma.



32. Outra observação que esta missão faz se refere à 'densidade de cobertura' e, ao mesmo tempo, ao custo que tem atualmente este serviço de ATC. Na missão de supervisão de 2016 foi observado que a relação de famílias atendidas por técnico na 1ª fase era de 67 (valor muito inferior aquele de 140 utilizado no desenho do Projeto). Uma projeção feita dos gastos com ATC nestes moldes mostrou que deixaria muitas famílias sem este serviço. Constata-se que na ATC 2ª fase a 'densidade de cobertura' é menor, sendo que a média atual é de 89 famílias por técnico. No momento atual, no qual há muitas atividades num período concentrado, esta 'densidade de cobertura' forte é um fator favorável. No entanto, quando todos os Pls tenham sido entregues, a demanda de trabalho será menor. Assim, a conjunção da questão do custo bastante alto e da demanda menor de trabalho faz com a missão recomende rever esta relação, aumentando o número de famílias atendidas por cada técnica/o quando for feita a renovação dos atuais contratos em 2018.

33. Considerando o trabalho do PPF mais amplamente, a RMT registra a previsão de que deverá haver um déficit de 150 Pls, devido aos ajustes que foi necessário fazer. Isto também cria um déficit ou demanda reprimida de ATC, na medida em que seria necessário mais um ano de ATC, caso existissem estes 150 Pls.

34. Capacitação em Políticas Públicas: A primeira iniciativa referida a esta linha de trabalho foi a elaboração e publicação, em agosto de 2017, de uma cartilha que visa servir de referência sobre o tema. A realização de eventos de capacitação sobre o tema em questão para a população rural da área de intervenção do PPF teve início em fevereiro 2017. Uma única entidade pode ser contratada, que recebeu a incumbência de realizar 168 oficinas de capacitação. Ela realizou, entre março e dezembro de 2017, 124 eventos de capacitação, atendendo 3.472 participantes na região de Sobral. Resultado de uma seleção feita mediante um segundo edital, recentemente foram assinados os contratos com três novas entidades, visando a realização de mais 434 oficinas num período estimado em dez meses.

35. Foi possível constatar que as oficinas realizadas junto às comunidades despertaram bastante interesse das famílias. Por outro lado, foi constatado que, em boa parte, estas oficinas tiveram como público as famílias atendidas pelo Projeto com ATC e elaboração de Pls. A missão observa que teria sido mais interessante concentrar todos os esforços em famílias que não terão outro tipo de atendimento pelo PPF, já que este é o único instrumento efetivo do Projeto para atingir estas outras famílias. Por outro lado, cabe mencionar aqui que o contexto político e econômico atual tem tido um impacto bastante negativo nestas políticas públicas destinadas à população pobre rural. Diante disto foi acordado que não caberia, no momento atual, buscar firmar novos contratos para a realização de mais eventos de capacitação deste tipo, para além daqueles que já estão contratados, mesmo que isto signifique reduzir o número de famílias que serão atendidas com esta ação. Ao mesmo tempo, foi visto que seria muito importante direcionar a realização destes eventos buscando atender famílias que não recebem outros serviços do PPF. Observou-se que, para poder chegar a este público, ia ser necessário um maior estreitamento dos laços com organizações parceiras que tenham uma presença forte na realidade rural, tais como os STTRs. Como esta orientação é algo diferente daquilo que foi pensado anteriormente, vai ser necessário repactuar os detalhes das ações deste tipo a serem empreendidas com as entidades recém contratadas.

36. Mobilização social: O início das atividades desta linha de trabalho sofreu um grande atraso. No entanto, os problemas estão sendo superados e espera-se que esta atividade inicie-se efetivamente no campo a partir de janeiro de 2018. A missão teve a oportunidade de se reunir com a equipe da FETRAECE que terá a tarefa de supervisionar as atividades dos mobilizadores sociais. Além de serem eles, principalmente entre as comunidades, as entidades de ATC e o PPF, foi acertado com a equipe da FETRAECE que os mobilizadores sociais teriam como principal função aquela de fortalecer as associações locais, principalmente em temas de funcionamento rotineiro e à gestão (pensando sobretudo na administração dos Pls). Também deverão realizar atividades de capacitação de outros jovens.

37. Por outro lado, os ajustes feitos no orçamento e nas atividades a realizar pelo PPF fizeram com que não fosse possível fazer com que os mobilizadores permanecesse em campo o tempo que era previsto na proposta original. Com isto, registra-se um déficit de pelo menos um ano de trabalho da mobilização social.

38. Formação de jovens: Infelizmente não foi possível organizar as atividades previstas inicialmente para esta linha de trabalho. Na busca de caminhos alternativos, a partir do final de 2016 o PPF trabalhou no sentido de colaborar com iniciativas que foram propostas pelos movimentos de juventude rural existentes no estado do Ceará. Na discussão mantida com a equipe do PPF durante a RMT, foi possível pensar um trabalho com jovens oriundos das áreas de intervenção do Projeto que possa substituir as ações pensadas originalmente. Assim, foi proposto um trabalho de criação de pequenos grupos de jovens nas comunidades nas quais vão trabalhar os mobilizadores sociais (que também são jovens), mencionados na seção anterior. A ideia é que cada mobilizador busque formar e capacitar, em cada uma destas comunidades um grupo de 4 a 5 jovens que terão como



primeira tarefa, ajudar na administração das respectivas associações comunitárias. Se considerarmos que cada mobilizador pode trabalhar desta forma com 12 a 15 jovens, então os 200 mobilizadores poderão atingir mais de 2.400 jovens nas diversas comunidades trabalhadas.

#### C.5. Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental:

39. Situação atual do componente. A partir das informações fornecidas pelo Projeto em 24/11/2017, pode-se verificar que o nível de implementação dos 62 PIs ainda está muito aquém do esperado, dado o prazo decorrido do Projeto. Somente 22 associações receberam recursos referente a 1ª parcela e dessas, apenas 5 receberam a 2ª e última parcela. Isso significa que apenas 29% do total previsto para ser repassado chegou na conta das associações e menos ainda foi realmente implementado. Em relação à segundo lote de contratação, o ritmo de trabalho das ATCs (contratadas em 10/2017) está bem mais rápido, com 268 DRPs e 39 PIs sistematizados até o dia 06/12/18.

40. Durante a Missão foi necessário revisar o planejamento do PPF em relação ao número de PIs a serem elaborados e implementados. As circunstâncias atuais não permitem que sejam elaborados 538 PIs novos (além dos 62 da primeira fase), reduzindo sua capacidade de alcançar a meta total de 600, conforme assinala o documento de Desenho do Projeto. Após a análise de alguns cenários, foi acordado que:

- i. Serão elaborados aproximadamente 420 novos PIs com associações comunitárias e 1 PN com organização econômica. A média de famílias beneficiárias entre todos os PIs deve ser 36 e no caso do PN 120;
- ii. Para os 120 PIs (29%) que já se encontram em fase de finalização de elaboração será mantido o valor máximo por família a ser financiado pelo Projeto de até USD 2.000, evitando que seja necessário realizar revisões no que já está feito. Para os demais 300 (71%) o valor de referência será de até USD 1.500 por família.

41. Com essa nova configuração, o Projeto passará a beneficiar um total de 17.472 famílias com PIS, que equivale a 87,4% da meta, definida no desenho do Projeto (20.000 famílias). A execução integral dos 482 PIs representará no final o alcance de 80,3% do total previsto, permanecendo uma demanda reprimida de 20%, já que foram identificadas 600 comunidades.

42. Para que as metas mencionadas no parágrafo anterior sejam alcançadas é importante assegurar que os USD 25.033.992,96 disponíveis no momento da RMT, sejam aplicados nos PIs. É importante considerar que seja elaborado um número maior de PIs com associações, para além dos 420, para que por exemplo, no momento de inclui-las na Lei Autorizativa, as que não puderem ser incluídas por algum motivo sejam substituídas por outras que estejam adimplentes. Com base nas experiências recentes do PPF com este tema, torna-se necessário definir um número extra de PIs a serem elaborados e que farão parte de uma reserva técnica de PIs.

43. Considerando o fluxo de elaboração e tramitação dos PIs nas diferentes instâncias do PPF e o início do período de defeso eleitoral em 07/07/2018, foi acordado com o PPF que todos os 420 PIs (mais uma reserva técnica) deverão estar concluídos em 31/03/2018. Vale reafirmar que nesta data as associações e cooperativas devem estar livres de pendências que as impeçam de serem incluídas na Lei Autorizativa na Assembleia Legislativa.

44. No sentido de dar celeridade ao processo, nas fases que estão sob a gerência do PPF, sem ter que abdicar da qualidade dos resultados, o FIDA recomenda que: i) seja mantido um contato permanente entre as equipes do Projeto e as ATCs, no intuito de dirimir rapidamente as dúvidas que surgirem; ii) que cada técnico do ERP responsável por analisar PI, não ultrapasse o prazo de um dia para concluir e dar seguimento ao processo para a UGP; iii) que o plano de trabalho de cada PI seja elaborado pela ATC, cabendo a UGP apenas conferir e finalizá-lo; iv) que a transferência dos documento entre o ATC, ERP e UGP, sempre que possível seja realizada por meio eletrônico; v) que as planilhas destinadas ao monitoramento das ações realizadas pelas ATCs, ERPs e UGP sejam disponibilizadas ao FIDA nas datas indicadas nas planilhas de controle fornecidas.

45. É importante que o PPF defina com o Grupo Portfólio que instrumentos podem ser implementados de imediato e como estes podem contribuir na definição dos fluxos operacionais, monitoramento das atividades do Projeto, situação cadastral das associações, entre outras ferramentas simples e prioritárias.

46. A Missão identificou avanços importantes nas comunidades. Através dos relatos apresentados pelos beneficiários/as foi possível observar que em alguns casos a produção se tornou mais sustentável e possibilitou alguma melhoria na renda das famílias e/ou em sua alimentação. Estas constatações foram percebidas na



criação de ovinos, galinhas caipiras, produção de caju, mandioca, bolos e corte e costura. Estes avanços quanto ao alcance do objetivo principal do Projeto são consequência direta da atuação das ATCs e dos primeiros investimentos financeiros realizados nas comunidades.

47. Também foram verificadas inúmeras fragilidades, algumas já identificadas anteriormente. Os problemas relacionados com a criação de galinhas, num modelo que destoa da realidade das famílias beneficiárias, dificuldades para adquirir alguns materiais (madeira para apriscos) e insumos (palma, sementes) tem interferido diretamente no cronograma de execução dos PIs. Encontrar problemas desta natureza, nesta fase do Projeto e considerando o volume de trabalho que ainda deverá ser feito é muito preocupante, mesmo com o grande número de técnicos das ATCs em campo. Os problemas identificados foram discutidos com os técnicos das ATCs, dos ERPs e da UGP, para que se tornem exemplos e lições aprendidas para superá-los nas próximas etapas e assim permitir acelerar a implementação de todos os PIs.

48. É importante que o Projeto repasse para os ERPs e para as entidades de ATC essas informações e os demais acordos relacionados com os PIs, com a maior brevidade e clareza possível.

49. Mercado e comercialização: A comercialização é realizada, predominantemente da forma tradicional, ou seja, através dos atravessadores ou intermediários que compram as produções diretamente na propriedade ou em feiras livres que ocorrem na região. Restaurantes e venda por encomendas, dentro e fora da comunidade também são canais comumente utilizados. Existe uma forte tendência que os novos PIs continuem priorizando a criação de ovinos e galinhas caipiras. No caso das galinhas caipiras, se a criação for conduzida de forma mais rústica, sem a dependência excessiva de rações comerciais a comercialização se torna menos problemática, pois o agricultor poderá planejar com mais segurança o momento de vender, sem, contudo, aumentar o custo de produção. É importante que as ATCs e o PPF acompanhem as questões relacionadas à comercialização e apoiem os agricultores/as a obterem resultados mais justos na venda de seus produtos. O PNAE também foi identificado como uma possibilidade importante de comercialização, inclusive acessada por vários agricultores/as e a ser reforçada.

50. Questão ambiental: As visitas de alguns dos primeiros PIs em implementação mostram que as entidades de ATC devem ter uma abordagem mais enfatizada sobre as questões de preservação e gestão sustentável dos recursos naturais. O uso do fogo generalizado e a erosão dos solos, são exemplos de temas que devem ser abordados de forma concreta ao implementar os investimentos produtivos.

#### C.6. Ações hídricas:

51. Após vários anos de estiagem com baixos índices pluviométricos e registrando em 2017 a maior seca na história do Ceará, a situação de acesso à água é a cada dia mais crítica nas comunidades do semiárido cearense. A missão considera que o acesso à água para o consumo humano se torna uma nova linha de trabalho do Projeto Paulo Freire. Houve uma diminuição notável em programas públicos para apoiar a construção de cisternas e, em geral, para o acesso à água. O PPF deve tomar em conta esta situação que tem um impacto direto nas ações e propostas da ATC e nas atividades de investimento social e produtivo do PPF: a escassez de água e a dificuldade de acesso a ela é um fator que condiciona negativamente e até pode impedir as possibilidades de sucesso e sustentabilidade das ações do PPF.

52. A missão considera muito positivamente as ações hídricas atualmente em andamento, iniciadas em 2017, que não foram previstas no desenho original do PPF: a partir de uma proposta do PPF no primeiro semestre foi obtida a "não objeção" do FIDA para instalação de 1.209 cisternas de primeira água e 21 cisternas escola, em 62 comunidades. Da mesma forma, foi alcançado um acordo com o FIDA para cobrir parte dos custos de instalação e utilização de três estações de tratamento móveis (ETAs) e os seus respectivos 6 caminhões-pipa. Em visita ao território feita pela missão no município de Hidrolândia, foi observado como as ETAs já estão operando e em breve tempo serão localizadas nas respectivas áreas de abrangência planejada: Sertão do Inhamus, Sertão de Sobral e Cariri Oeste.

53. O PPF, em 2017 fez o lançamento de edital para as 1.209 cisternas planejadas, por meio de contratos com entidades da sociedade civil. Além disso, o PPF avançou em o processo de mobilização das famílias e no planejamento para um novo edital de cisternas, que será lançado no início de 2018. Até a missão, o PPF executou o curso de gerenciamento em recursos hídricos, construiu 101 cisternas de placa e outras 40 estão em fase avançada de construção: estima-se que o total de 1.209 cisternas previstas com a não-objeção de FIDA de 2017 de outubro de 2017, serão alcançadas no primeiro trimestre de 2018. Em consideração aos resultados positivos alcançados da demanda existente em as 600 comunidades e a relevância do tema, o SDA e o UGP solicitaram a realocação de recursos para atender a essa demanda que, em princípio, seria estimada em mais de 13.000 cisternas para consumo familiar, a que se devem eventualmente adicionar cisternas, ou outras obras,



para o armazenamento de água para atividades produtivas. Em relação a esta proposta, SDA, UGP e missão atingiram os seguintes acordos:

- i. As ações e atividades do "sistema ETAs" têm um carácter piloto e devem estar sujeitas a um acompanhamento e avaliação permanentes. É necessário analisar detalhadamente os custos reais, a capacidade operacional e a eficiência da operação. Prevê-se que uma avaliação do sistema, no seu conjunto, para o mês de junho de 2018 quando o programa tenha um período de funcionamento de aproximadamente seis meses. Foi acordado desenvolver as atividades de análise e avaliação correspondentes, até junho 2018, a serem realizadas pela Unidade Especializada para ETAs de UGP;
- ii. Tendo em conta a eventual realocação dos recursos, tal como indicado em outros pontos do presente memorando, existe uma possibilidade estimada de construir aproximadamente 1.000 cisternas de produção (USD 4,8 milhões); 100 cisternas escolares (USD 500 mil); e 4.000 cisternas 1ª água (USD 4 milhões) em 2018/19. Em abril de 2018, uma vez que sej definido o número de PI a serem financiados, será possível ter uma previsão mais precisa de disponibilidade de recursos para recursos hídricos.

54. Riscos a considerar e medidas necessárias: Em relação à operação ETAs, é necessário planejar com muito detalhe a capacidade "real" do tratamento e do transporte da água, que é consideravelmente menor que a capacidade "teórica" das máquinas e dos caminhões-pipa. É essencial garantir, em tempo e forma, o fornecimento (que pode ser o mínimo necessário) para as novas cisternas, para evitar possíveis danos à estrutura em fase de consolidação. É também essencial ter em conta a limpeza e saneamento das cisternas: caso contrário, será inútil o processo de tratamento de água feito pela ETAs. Para o curto-médio prazo é muito importante avançar na análise de possíveis alternativas de sustentabilidade dos custos de operação e manutenção das ETAs após o fechamento do PPF. Foi acordado que o PPF apresentará uma tabela analítica da operação das ETAs bem como de sua sustentabilidade após o PPF até a missão de abril de 2018. Isso pode envolver as prefeituras e consultas com a APRECE podem ser uma possibilidade.

#### **C.7. Gestão do Conhecimento, Difusão e Comunicação do projeto:**

55. Até o momento da missão, o PPF não tem uma estratégia de gestão do conhecimento e de comunicação definida. A comunicação institucional é centralizada pela SDA, que hospeda uma página descritiva do Projeto dentro do *website* oficial da Secretaria. Toda informação sobre o Projeto é canalizada e divulgada através de canais e ferramentas de comunicação (por exemplo, *banner* do site) geridos pela SDA e alimentados pelo Projeto. Porém, a falta de um especialista em comunicação tem limitado bastante este fluxo de comunicação com a Secretaria, com o resultado que a visibilidade do PPF nas mídias tem sido limitada. Com a recente contratação dos especialistas em comunicação pelo Projeto, espera-se que esta situação possa se reverter. Recomenda-se manter um contato sistemático com a coordenação de comunicação da SDA para que as atividades, iniciativas e resultados do Projeto possam encontrar ressonância nos canais de comunicação oficiais.

56. Ao mesmo tempo, a falta de um ponto focal sobre gestão do conhecimento e comunicação dentro do Projeto também tem dificultado a circulação sistemática de conhecimentos e informações entre as equipes dos Componentes. Recentemente, a empresa Portfolio elaborou uma proposta de Fluxo de Comunicação para o PPF que aguarda avaliação e validação por parte do Projeto. A partir desta proposta, a missão recomenda elaborar, quanto antes, um Plano de Gestão do Conhecimento e de Comunicação do PPF, que defina tanto momentos e metodologias de troca de conhecimentos e de informações internas ao Projeto, assim como organize o processo de alimentação sistemática de notícias para a SDA.

57. Melhores resultados têm sido atingidos na organização e implementação de oficinas e intercâmbios com o público beneficiário: destacam-se, neste contexto, a realização do primeiro encontro sobre Etnodesenvolvimento e Reconhecimento Indenitário dos Quilombolas no Ceará, que contou com uma ampla participação a nível estadual, e de uma oficina específica para a criação de redes para o protagonismo de jovens rurais. O POA 2018 prevê a organização de encontros de juventude rural e comunicação e intercâmbios específicos para jovens e para mulheres, entre outras atividades. Estes momentos são altamente relevantes para fortalecer as capacidades e estimular a criação de redes entre os beneficiários prioritários do PPF: por isso, será importante definir desde agora o tipo de resultados esperados e como eles poderão oferecer retroalimentação para o desenvolvimento das outras ações do Projeto, incluindo as atividades produtivas.

#### **D. Aspectos fiduciários:**

##### **D.1. Gestão financeira:**

58. O Projeto apresenta uma adequada estrutura de gestão financeira. O sistema estadual garante os controles internos eficientes e a geração de relatórios fiáveis e em dólares e euros. O PPF apresenta um baixo



nível de execução de seu POA 2107, apenas 14%. Contudo no último semestre um volume considerável de contratos foi firmado, da ordem de R\$ 45 milhões em ATC para todas as comunidades do PPF (600), Cisternas, Investimentos Produtivos e Capacitações. A missão do FIDA efetuou a avaliação da gestão financeira do Projeto e o nível de risco é BAIXO, porém com viés para médio devido a proposta de contrapartida insuficiente (apenas 5%) para 2018 para a Lei Orçamentária (PLOA) e também a baixa execução do Projeto. Porém, nota-se que estes óbices têm boas condições de serem superados em breve, uma vez que: i) em reunião com a SDA foi informado que será realizada a proposta adequada da contrapartida no primeiro trimestre de 2018, ii) que a ATC contratada irá possibilitar a conclusão dos PIs até 30/03/2017 a fim de permitir alcançar a assinatura de convênios para pelo menos 450 comunidades até 15/06/2017 e o respectivo repasse da 1ª parcela até 07/07/2017; iii) que o PPF financiará pelo menos 8.000 cisternas. Estas ações, entre outras possibilitará um volume de gastos para o 1º semestre de 2018 é de USD 26 milhões (FIDA: USD 16 milhões / Contrapartida do Governo do Ceará: USD 10 milhões).

- i. Equipe: Há uma grande necessidade de reforçar esta equipe com 5 postos para análise de prestação de contas e apoio em gestão de convênios às organizações de beneficiários, conforme item (vi) abaixo.
- ii. Sistema Contábil Financeiro, Contabilidade e Relatórios Financeiros: A SDA conta com um sistema estadual de gestão financeira eficiente em moeda nacional, assim como de monitoramento físico e de planejamento. Em adição a este sistema, o Governo desenvolveu um módulo que permite a contabilidade e a geração de relatórios financeiros de acordo com os requerimentos do FIDA.
- iii. Planejamento: O POA 2017 é de R\$ 141 milhões composto por R\$ 74 milhões FIDA e R\$ 67 milhões do Governo do Ceará. A execução do POA até 30/11/2017 é de R\$ 19,8 milhões, 14% do previsto e abaixo detalhado:

2017	Componente 1	Componente 2	Gestão	M&A	TOTAL
POA	59.164.689	68.899.000	11.369.363	1.608.612	141.041.664
Execução	12.801.786	4.961.434	1.842.994	183.057	19.789.271
%	22%	7%	16%	11%	14%

- iv. Orçamento e POA 2018 vs. Orçamento: O POA 2018 proposto no valor de R\$ 205 milhões (GOV –R\$ 109/FIDA= R\$ 96 MI), não possui orçamento da Contrapartida necessária para contemplá-lo. Segundo o Projeto de Lei Orçamentária para 2018 (PLOA/2018) o PPF solicitou apenas R\$ 6,3 milhões, 5% da necessidade.
- v. Controle Interno e Prestação de Contas: Devido ao grande volume de convênios a ser firmado no 2º trimestre de 2018 (em torno de 400), será extremamente necessário reforçar, até fevereiro de 2018 o NUCON (Núcleo de Controle Interno da SDA), que é responsável por esta análise, com pelo menos 1 técnico. Adicionalmente, para garantir um satisfatório nível de realização de gastos e prestação de contas, a missão solicita a contratação de 4 profissionais em gestão de convênios e prestação de contas para compor as ERP (2 para Sobral, 1 Inhamuns e 1 Cariri Oeste) para o atendimento de assuntos desta natureza em apoio/assessoria técnica às organizações e em estreita articulação com o NUCOM/Componente 2. No período de elaboração de convênios entre março e junho/18 estes profissionais apoiarão a UGP para a viabilização destes em Fortaleza. Estes profissionais estarão sob o contrato de Gestão Agropolos.
- vi. Capacitação das organizações de beneficiários em Gestão e Prestação de Contas: A Missão acordou que a Equipe do NUCON irá ministrar treinamentos regionais em maio/2018 sobre prestação de contas dos Instrumentos de Repasse que foram pactuados para o projeto e segundo o Manual de Prestação de Contas vigente, que estabelece a não adoção do SICONV. A Missão reforça que devido ao perfil e condições das comunidades atendidas é fundamental que o processo de prestação de contas seja simplificado.

## D.2. Desembolsos:

59. O valor atualizado do financiamento dos fundos do FIDA é equivalente a USD 36.411.367,00 devido à variação cambial do SDR e Euro. O desembolso até o momento dos fundos do FIDA são equivalentes a USD 13.727.034 (38%) no montante geral, sendo USD 12,09 milhões (41%) e EUR 1,84 milhão (31%). Há um desembolso em trâmite no FIDA de USD 2 milhões. O gasto total do projeto até 30/11/2017 é de USD 15,7 milhões, 20% do valor total do projeto, sendo recursos executados FIDA USD 9,8 milhões (27%). A missão



verificou que esta execução será incrementada devido ao satisfatório nível de contratos e ações implementadas que possibilitará o cronograma de desembolso estabelecido

#### **D.3. Fundos de contrapartida:**

60. Paripassu: Em março de 2017 mediante a solicitação da SDA o FIDA concordou com a flexibilização do paripassu do gasto quanto ao aporte da Contrapartida, condicionado ao equilíbrio do contrato ser mantido ao final de cada semestre. A Missão verificou que o paripassu até 30/11/17 está com um sobregiro global de 15% conforme tabela abaixo. O FIDA solicita ao governo que busque o pactuado equilíbrio até o final do ano de 2017.

61. Execução contrapartida: Até o presente momento a contrapartida estadual aportada ao projeto foi USD 6,3 milhões, 16% do total pactuado da contrapartida do governo, e 15% a menos das necessidades requeridas pelo Projeto até o momento. A execução da contrapartida foi de USD 5,3 milhões (15%). O valor dos recursos de contrapartida para 2018 é insuficiente para manter o equilíbrio dos aportes necessários ao projeto, tendo sido identificados o valor de apenas USD 2 milhões no Orçamento do Estado do Ceará. A missão manifesta sua extrema preocupação com este tema e solicita que a UGP que tome as providências necessárias junto à SEPLAG para a regularização deste compromisso contratual mediante a necessária proposta orçamentária. Devido a esta indisponibilidade, segundo as Diretrizes de Avaliação de Risco Fiduciário o PPF fica mantido o grau de risco baixo, mas com viés de médio caso este óbice não seja resolvido até março/2018, quando os fundos de contrapartida serão imprescindíveis para alcance das metas.

62. Limites de montantes do financiamento do FIDA: Diante do risco fiduciário a proposta de investimentos do Projeto até o seu fechamento, e a fim de manter o equilíbrio dos aportes dos fundos do FIDA e da Contrapartida ficam estabelecidos os seguintes limites de financiamento: i) USD 25 milhões em PIs: até o limite USD 13 milhões com recursos FIDA em novos convênios e o restante será com Contrapartida; e ii) USD 8 milhões para Cisternas: Os investimentos para novas Cisternas deverão seguir o paripassu (51% FIDA/49%Gov) nos contratos assinados.

#### **D.4. Cumprimento das cláusulas do convênio de empréstimo:**

63. Foi verificado que os itens relativos ao atendimento das cláusulas do Acordo de Empréstimo foram cumpridos em quase toda sua totalidade. Porém, a missão registra que alguns contratos que foram licitados pelo IICA e pelo Instituto Agropolos não contemplam as Cláusulas de Combate à Fraude e à Corrupção.

#### **D.5. Aquisições e contratações:**

64. Arranjo de Aquisições e Contratações: As contratações do PPF estão distribuídas em parte pelo Setor de Licitações da SDA com análise do Setor Jurídico, pela Comissão de Licitação da PGE (CEL 04), pelo IICA por meio de PCT, pelo Instituto Agropolos por meio de Contrato de Gestão e pelos beneficiários, por meio dos convênios firmados com as comunidades/organizações produtivas no âmbito dos Planos de Negócios/Investimentos.

65. Equipe de Licitações e Contratos: A Missão de Supervisão de setembro/2016 recomendou a contratação de dois profissionais para atuar como equipe de Licitações da UGP, mas somente se obteve êxito em uma das vagas. Dessa forma a equipe atual é composta apenas por uma Gerente e uma Assistente de Licitações que possui larga experiência com licitações e contratos. Integra ainda como equipe de Aquisições, um Coordenador do PCT/IICA/PPF que atua de forma independente e realiza todos os procedimentos relativos às contratações previstas no âmbito do PCT. Considera-se ainda que o PPF conta com as equipes da CEL 04/PGE e do Setor de Licitações da SDA, que absorvem grande parte das etapas licitatórias.

66. Os arquivos dos registros das licitações e documentação suporte: De forma geral os arquivos no âmbito do PPF possuem guarda segura e são instruídos adequadamente, inclusive na amostragem realizada em campo.

67. A Gestão dos Contratos: Diante dos desafios atuais de atraso na implementação do Projetos Produtivos e considerando toda a sistemática envolvida de elaboração, revisão, aprovação, Lei autorizativa, formalização de convênio, licitação e prestação de contas, torna-se imperiosa a gestão dos contratos das organizações de ATC. Não houve progresso nessa gestão e para o apoio a esse desafio, é de suma importância o acompanhamento e fiscalização dessas atividades de forma tempestiva e coordenada. Registre-se aqui, que é função dos profissionais de licitações fiscalizar a execução contratual, atentos aos prazos, para que as entregas sejam efetuadas conforme Termos de Referência/Contratos devendo agir de forma integrada com as equipes das ERPs para o posicionamento tempestivo de informações para a Coordenação favorecendo a tomada de decisões que corrijam possíveis desvios do alcance dos resultados esperados.



68. Plano de Ação para fortalecimento dos aspectos de Aquisições: Na situação presente do PPF precisam ser fortalecidas as aquisições no âmbito dos Planos de Investimentos dos beneficiários, devido ao grande atraso em suas elaborações. A missão recomenda fortemente que as organizações de ATC contratadas tenham o devido acompanhamento contratual não somente por parte da equipe da ERP, mas também pela equipe de licitações e contratos da UGP para apoiar a aceleração da execução. Registre-se que os Planos de Investimentos (com seus Planos de Trabalho anexos) precisam estar concluídos, revisados e aprovados no mais tardar na data limite de março/2018, pois o FIDA não financiará os Pls entregues após esta data. A missão recomenda a contratação de pessoal por via Agropolos, com o objetivo de apoiar as ERPs nas análises dos Planos de Investimentos e Planos de Trabalho, acompanhar as licitações previstas e as prestações de contas em campo, no mais breve tempo possível.

69. Conformidade dos processos de licitação e qualidade da documentação: Na análise dos processos de licitações a missão faz registros aos realizados no âmbito do Setor de Licitações da SDA, do PCT/IICA e do Instituto Agropolos que se encontra no Apêndice 03. Os processos no âmbito da CEL 04 estão conformes. Porém, no âmbito do PCT/IICA, foi verificado o certame relativo a Técnica e Preço para seleção de entidades do Terceiro Setor para a realização de oficinas de capacitação sobre as Políticas Públicas para 217 (duzentas e dezessete) comunidades selecionadas pelo PPF. O certame estava em conformidade com o método realizado, mas devido a atual conjuntura do PPF, de necessitar priorizar os recursos para os Planos de Investimentos, em princípio, a missão informa que não está prevista alocação de recursos que permita a renovação desse contrato, salvo situação futura que possa mudar a atual conjuntura do PPF.

70. Foi reforçado pela missão que os contratos com o IICA e o Instituto Agropolos observem os regramentos estabelecidos para esta parceria.

#### **D.6. Auditoria:**

71. O Relatório de auditoria do ano de 2016 foi entregue após o prazo em 04/07/2016 e apresentou opiniões sem ressalvas sobre o Demonstrativos Contábeis, elegibilidade das despesas, movimentação das contas do Projeto e procedimentos de aquisição. Opinou que o Projeto cumpriu com exceção Cláusulas Contratuais e que os Controles Internos são moderadamente satisfatórios. Os principais apontamentos foram sanados ou tiveram providências tomadas a saber: item 3.1 – Os relatórios financeiros do primeiro semestre de 2017 foram enviados ao FIDA em todas as moedas; Item 4.1 – O processo de implantação do Sistema Financeiro continua em andamento, e item 5.1 – Em setembro de 2017 foram assinados diversos contratos todas ATC, Pls conveniados, para cisternas, ações de capacitação via Agropolos e outras para o andamento do Projeto. Os TdRs de auditoria para 2018 foram aprovados pelo FIDA e o processo de contratação será iniciado ainda em 2017.





E. Programa de trabalho acordado entre a SDA/GovCeará e FIDA:

Nº	Atividade	Meta	Prazo
1	Monitoramento e Avaliação (M&A)	Definir metodologia para a mensuração dos indicadores de Resultado	31-01-2018
2	Monitoramento e Avaliação (M&A)	Monitorar a execução dos DRP e do PI em elaboração pelas entidades de ATC, e enviar informes ao FIDA:	mensais
3	C1: ATC 1ª fase	Realizar um planejamento detalhado e cuidadoso do trabalho a ser realizado pelas equipes de ATC 1ª fase nos meses que restam deste contrato.	Fevereiro de 2018
4	C1: ATC 2ª fase	Por meio das supervisões feitas pelas equipes do PPF fazem em campo, propiciar os ajustes de método em torno dos DRPs e dos PIs.	Fevereiro de 2018
5	C1: ATC 2ª fase	Preparar renovação (aditivos) dos contratos ATC 2ª fase com uma proporção de um técnico para quatro comunidades.	Agosto de 2018
6	C1: Políticas Públicas	Reorientar o trabalho das 3 entidades recém contratadas para a capacitação em pol. públicas para que estas passem a trabalhar somente com comunidades e famílias que não recebem outros serviços do PPF.	Janeiro de 2018
7	C1: Mobilização social	Capacitar os mobilizadores sociais para que, assim que estejam recrutados, possam iniciar o seu trabalho dirigido principalmente ao fortalecimento das associações.	Fevereiro 2018
8	C1: Juventude	Mobilizar grupos de jovens e iniciar o trabalho de sua capacitação em temas de gestão das associações e outros.	Abril de 2018
9	C2: Elaboração de PIs	- Concluir a elaboração de 420 PIs para associações comunitárias com situação cadastral regularizada (sem pendências de qualquer natureza); - Elaboração de PIs extras para substituir os que eventualmente apresentem pendências no momento da inclusão na Lei Autorizativa.	Até 31/03/2018
10	C2: Elaboração de PN	Concluir o DRP e o PD para três cooperativas selecionadas e definir o tipo de apoio mais adequado; Elaborar o PN ou PI, conforme o caso.	Até 31/03/2018
11	C2: Elaboração do Plano de Trabalho para Gênero e Comunidades Tradicionais	Plano de Trabalho para atividades a serem desenvolvidas com mulheres e com comunidades tradicionais elaborado: o Plano integra uma guia metodológica de fácil aplicação para orientar o trabalho das equipes de ATC na abordagem das questões de gênero, empoderamento das mulheres, raça e etnia.	15/01/2018
12	C2: Elaboração do Plano de Trabalho para Juventude e Edu-Comunicação	Plano de Trabalho para Juventude e Edu-Comunicação elaborado: o Plano integra uma série de ações e atividades a serem desenvolvidas com as/os jovens das comunidades e produtos específicos de comunicação popular, em diálogo com o Plano de Trabalho de Gênero e Comunidades Tradicionais.	15/01/2018
13	C2: Elaboração do Plano de Comunicação e Gestão do Conhecimento	Plano de Comunicação e Gestão do Conhecimento elaborado: integra um calendário de ações para assegurar a circulação de informações internamente ao Projeto e com a SDA.	15/01/2018
14	Preparar edital para 7.000 cisternas (de produção; escolares; e 1ª água)	Edital para construir pelo menos: 1000 cisternas de produção 100 cisternas escolares; e 4.000 cisternas de 1ª água em 2018/09	Janeiro de 2018
15	Extensão da construção de cisternas	Consolidação do investimento para PI, ATC e outras convenções. Estimativa possível número de cisternas	Abril de 2018
16	Análise e avaliação do "sistema" ETAs	Analisar detalhadamente os custos reais, a capacidade operacional e a eficiência da operação no seu conjunto	Junho de 2018
17	Alternativas de sustentabilidade dos custos de operação e manutenção das ETAs após o fechamento do PPF	Proposta para sustentabilidade. Possível esboço de convênios.	Setembro de 2018
18	MIP	Revisão do Manual de Implementação do Projeto	31/01/2018




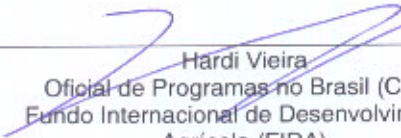
## F. Conclusões:

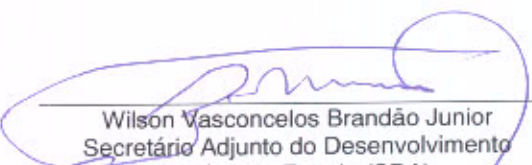
72. A Missão destacou os avanços significativos do PPF na sua execução, apesar do atraso que ainda afeta a implementação do Projeto, considerando o horizonte temporal de 18 meses que restam para o seu encerramento em junho de 2019. Também foi realçada a aderência na implementação do PPF à metodologia e abordagem incluídas no desenho, sendo que as 600 comunidades selecionadas e atendidas tem adesão integral ao perfil do público beneficiário pobre e extremamente pobre. Várias ações simultâneas foram iniciadas já atingindo as 600 comunidades. Dentre elas, vale destacar: o serviço de ATC, a elaboração e implantação de PIs, acesso às políticas públicas e outros programas e uma linha nova de ação composta pelo acesso à água. Por outro lado, ficou destacado que os investimentos produtivos continuam bastante atrasados e foi acordado com o PPF um cronograma de modo a que aproximadamente mais 400 PIs sejam finalizados até 31 de março de 2018.

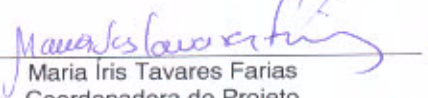
73. Também foi verificado pela Missão que o PPF possui uma demanda represada de aproximadamente USD 27.5 milhões de dólares. Essa demanda é composta principalmente por: 200 PIs (USD 12 milhões), ATC (2.5 milhões), acesso às políticas públicas (USD 3 milhões), mobilizadores (USD 1 milhão), acesso à água (USD 9 milhões) e que não poderá ser atendida pelo presente Contrato com o FIDA. Neste sentido, o Governo do Estado do Ceará solicitou ao FIDA um financiamento adicional de até USD 30 milhões e uma prorrogação de dois anos no prazo de sua execução do PPF. Esta solicitação será avaliada pelo FIDA e respondida oficialmente brevemente e mediante cumprimento de algumas condições, entre as quais, a) uma carta oficial seja enviada pela SEFAZ e SEPLAG ao FIDA; b) disponibilidade de recursos orçamentários adequados; e c) o Plano de Ajuste Fiscal (PAF) inclua a operação em tela a fim de que permita a tramitação do pleito junto ao Governo Federal e o FIDA de forma rápida. Desde que essas condições sejam cumpridas, e o FIDA aprove a solicitação, uma missão de desenho do aditivo será feita pelo FIDA em janeiro de 2018 e a Carta Consulta deverá ser encaminhada ao Governo Federal até fevereiro de 2018.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2017

  
Francisco José Teixeira  
Secretário do Desenvolvimento Agrário do  
Estado (SDA)

  
Hardi Vieira  
Oficial de Programas no Brasil (CPO)  
Fundo Internacional de Desenvolvimento  
Agrícola (FIDA)

  
Wilson Vasconcelos Brandão Junior  
Secretário Adjunto do Desenvolvimento  
Agrário do Estado (SDA)

  
Maria Iris Tavares Farias  
Coordenadora do Projeto  
Paulo Freire (PPF)



## APPENDIX 1: PHYSICAL PROGRESS MEASURED AGAINST AWP&B

### SISTEMA DE M&A DO FIDA BRASIL

#### AVANÇO DE INDICADORES RESPEITO DO POA(2017)

#### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**ESTADO:** CEARA

**PROJETO:** Projeto Paulo Freire, Ceará - Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades

**MÊS DE AVANÇO:** Dezembro

Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2017	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2017	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
META Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios do semiárido do Estado do Ceará (CE)	00.00.01	35% de redução na pobreza extrema ao final do Projeto, de 43% a 28% (ODM)			Anual	0	0	0,00	35	0	0,00	• Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE • Linha de base (RIMS) • Avaliação final (RIMS)	
	00.00.02	30% de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 3º nível)			Anual	0	0	0,00	30	0	0,00		
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO Aumento da renda e da qualidade de vida da população alvo por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável, com foco prioritário em jovens e mulheres	00.00.03	60.000 famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto; entre elas a totalidade recebe capacitação em acesso às políticas públicas.		Família	Mensal	24.000	16.337	68,07	60.000	18.817	31,36	• Linha de base (RIMS) • Avaliação final (RIMS) • Dados estatísticos oficiais do IBGE e do IPECE • Relatórios do Sistema de M&A • Relatórios RIMS • Pesquisas entre os beneficiários do Projeto	• Seguem as políticas públicas nacionais e estaduais de apoio à agricultura familiar • Segue o crescimento econômico do país e do estado • Mercados alvos estáveis e capazes de absorver a produção incremental • Infra-estruturas básicas e sociais continuam a ser proporcionadas pelo governo • O Projeto aplica um bom sistema de focalização e implementa com sucesso suas atividades • Secas ou mudanças climáticas são geridas com medidas de adaptação adequadas • Acesso a crédito de custeio. • Os preços agrícolas se mantêm favoráveis para os agricultores familiares
	00.00.03.01	Famílias chefiadas por Mulheres e Jovens		Família	Mensal	12.000	2.885	24,04	30.000	3.134	10,45		
	00.00.03.02	Famílias Quilombolas		Família	Mensal	300	98	32,67	1.000	512	51,20		
	00.00.03.03	Famílias indígenas		Família	Mensal	160	52	32,50	500	113	22,60		
	00.00.03.04	Famílias de pescadores artesanais		Família	Mensal	320	43	13,44	100	143	143,00		



Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2017	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2017	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
	00.00.03.05	Das 60.000 famílias, 30.000 recebem assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 1.8.1, 1.8.2)		Família	Mensal	0	12.632	0,00	30.000	14.329	47,76		
	00.00.03.06	80% das 30.000 famílias atendidas por assessoria técnica e investimentos produtivos aumentam sua renda média em pelo menos 30% (linha de base)		Família	Anual	8.045	0	0,00	24.000	0	0,00		
	00.00.03.07	Mínimo de 50% dos beneficiários são mulheres ou jovens (ref 00.00.03.06)		Família	Anual	4.621	0	0,00	12.000	0	0,00		
Componente 1 – Desenvolvimento de Capacidades  <b>RESULTADO 1</b> Agricultores familiares, outros pequenos produtores e suas organizações comunitárias e econômicas têm suas capacidades fortalecidas	01.01.01	80% das organizações comunitárias e produtivas fortalecidas e sustentáveis (RIMS 2.6.3)		Organização de produtores	Mensal	72	47	65,28	385	59	15,32	• Linha de base (RIMS) • Avaliação final (RIMS) • Relatórios do Sistema de M&A • Relatórios RIMS • Informações estatutárias das organizações e associações • Registros das organizações beneficiárias • Entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica	• Disponibilidade de equipes de assistência técnica para garantir serviços de qualidade • A assessoria técnica responde às necessidades do mercado • Interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas • As atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria técnica e extensão são mantidas.
	01.01.02	70% dos beneficiários da assessoria técnica e investimentos acessam às políticas públicas		Beneficiário	Trimestral	15.064	820	5,44	21.000	820	3,90		
	01.01.03	30.000 famílias rurais recebem também assistência técnica contínua		Família	Trimestral	21.520	12.632	58,70	30.000	15.112	50,37		
	01.01.03.01	7500 são famílias jovens ( RIMS 1.2.2; 1.2.3;1.2.4)		Jovens	Trimestral	480	207	43,13	7.500	678	9,04		
	01.01.03.02	Famílias Quilombolas		Família	Trimestral	120	192	160,00	500	606	121,20		
	01.01.03.03	Famílias Indígenas		Família	Trimestral	40	39	97,50	250	100	40,00		
	01.01.03.04	Famílias de Pescadores Artesanais			Mensal	0	0	0,00	50	0	0,00		
	01.01.03.05	Famílias Chefiadas por Mulheres			Mensal	0	0	0,00	7.500	0	0,00		
<b>Produto 1.1</b> Os beneficiários do projeto e suas organizações recebem assessoria técnica contínua e especializada	01.02.01	60.000 famílias recebem capacitação em acesso às políticas públicas (RIMS 1.8.1, 1.82)		Família	Mensal	24.000	3.919	16,33	60.000	3.919	6,53		
	01.02.02	30.000 famílias beneficiárias de assistência técnica (contínua e/ou especializada)		Família	Mensal	21.520	12.632	58,70	30.000	15.112	50,37		
	01.02.02.01	18.000 famílias recebem apenas assessoria técnica contínua		Família	Mensal	21.520	12.632	58,70	18.000	15.112	83,96		
	01.02.02.02	6.000 famílias recebem apenas assessoria técnica especializada		Família	Mensal	0	0	0,00	6.000	0	0,00		



Resumo Descritivo		Dados do Indicador										Meios de Verificação		Supostos
		Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2017	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2017	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado			
	01.02.02.03	6.000 famílias recebem apenas assessoria técnica contínua e especializada		Família	Mensal	0	0	0,00	6.000	0	0,00			
	01.02.02.04	30% das famílias beneficiárias de Assessoria Técnica são jovens e/ou chefiadas por mulheres.		Família	Mensal	0	0	0,00	9.000	0	0,00			
Produto 1.2 Organizações dos beneficiários fortalecidas para a produção, gestão e acesso a mercados	01.03.01	1.200 líderes comunitários capacitados (RIMS 1.6.3)		Participante	Mensal	725	173	23,86	1.200	475	39,58	Linha de base (RIMS); Avaliação final (RIMS); Relatório do Sistema de M&A: Informações estatutárias das organizações beneficiárias; e Entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica.		
	01.03.01.01	Dos quais pelo menos 50% são mulheres ou jovens (RIMS 1.6.3)		Mulher	Mensal	362	53	14,64	600	107	17,83			
	01.03.02	484 Organizações comunitárias e produtivas fortalecidas, com devida estrutura, governança e sistemas de gestão		Organização	Trimestral	90	55	61,11	484	60	12,40			
	01.03.02.01	482 Organizações comunitárias		Organização	Trimestral	460	55	11,96	482	55	11,41			
	01.03.02.02	2 Organizações produtivas		Organização	Trimestral	1	0	0,00	2	0	0,00			
	01.03.03	484 Diagnósticos Participativos elaborados		Diagnóstico	Mensal	538	248	46,10	484	368	76,03			
	01.03.03.01	482 Diagnósticos Rurais elaborados		Diagnóstico	Mensal	538	248	46,10	482	248	51,45			
	01.03.03.02	2 Diagnósticos produtivos elaborados		Diagnóstico	Mensal	1	0	0,00	2	0	0,00			
	01.03.04	482 Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa		Plano	Mensal	460	62	13,48	482	161	33,40			
	01.03.05	484 Planos de Investimentos elaborados e submetidos para consideração e financiamento do Projeto e de outras fontes		Plano	Mensal	90	60	66,67	484	98	20,25			
	01.03.05.01	Dentre os quais, 482 correspondem a organizações comunitárias		Plano	Mensal	90	60	66,67	482	60	12,45			
	01.03.05.02	Dentre os quais, 2 correspondem a organizações produtivas		Plano	Mensal	1	0	0,00	2	0	0,00			
Produto 1.3. 1200 jovens rurais desenvolvem suas capacidades para torarem-	01.04.01	1.200 jovens rurais recebem capacitação e apoio para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas.		Jovens	Mensal	390	42	10,77	1.200	110	9,17	Linha de base (RIMS); Avaliação final (RIMS); Relatório do Sistema de M&A: Informações dos		



Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2017	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2017	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
se empreendedores e acessarem a terra	01.04.01.01	Dentre os quais, 400 com capacidade para instalar-se como agricultores com acesso à terra		Jovens	Mensal	0	0	0,00	400	0	0,00	jovens atendidos e Entrevistas com jovens beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica.	
Produto 1.4 Provedores de assessoria técnica têm suas qualificações melhoradas para prover um serviço de qualidade	01.05.01	300 técnicos provedores de assessoria técnica recebem capacitação para melhora dos serviços que fornecem (RIMS 1.2.1)		Técnico	Trimestral	241	241	100,00	300	315	105,00		
	01.05.01.01	Pelo menos 30% mulheres.		Técnico	Trimestral	72	72	100,00	90	84	93,33		
	01.05.02	4.100 cisternas para abastecimento humano implantadas.			Mensal	0	0	0,00	4.100	0	0,00		
	01.05.02.01	4.000 Cisternas de 1ª Água implantadas.			Mensal	0	0	0,00	4.000	0	0,00		
	01.05.02.02	100 Cisternas Escolares implantadas.				0	0	0,00	100	0	0,00		
Componente 2 – Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental  RESULTADO 2 Agricultores familiares e outros pequenos produtores se inserem de forma sustentável e rentável nas cadeias produtivas e mercados	02.01.01	20.000 Famílias beneficiadas por investimentos produtivos		Família	Mensal	3.420	797	23,30	20.000	966	4,83	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linha de base (RIMS)</li> <li>• Avaliação final (RIMS)</li> <li>• Relatórios do Sistema de M&amp;A</li> <li>• Relatórios RIMS</li> <li>• Informações estatutárias das organizações e associações</li> <li>• Registros de produção e de vendas dos beneficiários</li> <li>• Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mercados preparados para absorver incrementos de produção</li> <li>• Infra-estrutura básica para chegar aos mercados provida pelo governo</li> <li>• Interesse e participação das comunidades e das organizações econômicas</li> </ul>
	02.01.01.01	Destas, 80% operacionais ao final do Projeto		Família	Mensal	2.400	0	0,00	16.000	0	0,00		
	02.01.02	10.000 Famílias acessam financiamento para investimento produtivos de outras fontes (não oriundas do Projeto)		Família	Trimestral	3.333	308	9,24	10.000	308	3,08		
	02.01.03	Pelo menos 30% dos empreendimentos associativos serão liderados por mulheres RIMS 2.2.2			Trimestral	30	18	60,00	180	18	10,00		
	02.01.04	1.000 cisternas para captação de água para produção (2ª água) implantadas, contribuindo para a conservação dos ambientes naturais na perspectiva da sustentabilidadecambiental			Mensal	0	0	0,00	1.000	0	0,00		
Produto 2.1 Os beneficiários do Projeto logram aumento da produção e produtividade, agregação de valor, melhora da qualidade dos produtos, diversificação, inovação e introdução de métodos de irrigação	02.02.01	Pelo menos 30% de aumento no volume da produção nas unidades familiares beneficiadas por investimento produtivo (RIMS 2.2.2)			Anual	0	0	0,00	30	0	0,00		
	02.02.02	60% dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de adição de valor			Anual	0	0	0,00	60	0	0,00		



Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2017	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2017	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
	02.02.03	484 Planos de Investimento Executados			Mensal	90	27	30,00	484	27	5,58		
	02.02.03.01	Articulados e Firmados		Plano	Mensal	99	15	15,15	484	27	5,58		
	02.02.03.02	Repasse parcial		Plano	Mensal	90	22	24,44	484	27	5,58		
	02.02.03.03	Repasse final		Plano	Mensal	90	5	5,56	484	5	1,03		
Produto 2.2 Os beneficiários do Projeto melhoram seu acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas, e às políticas públicas para a agricultura familiar	02.03.01	Pelo menos 30% de aumento na venda dos produtos dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos			Anual	0	0	0,00	30	0	0,00		
	02.03.02	Pelo menos 70% das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos acessam às políticas públicas como PRONAF (financiamento), Seguro Safra e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc) (RIMS 2.3.2)			Anual	2.394	469	19,59	14.000	469	3,35		
	02.03.03	Pelo menos 70% das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos participam das feiras da agricultura familiar e agroecológicas			Trimestral	2.394	25	1,04	14.000	25	0,18		
Produto 2.3 Agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras e técnicas de produção sustentáveis	02.04.01	100% dos investimentos realizados aplicam práticas agroecológicas, de conservação dos solos ou de manejo sustentável do bioma caatinga			Trimestral	90	27	30,00	484	89	18,39		
	02.04.02	100% das unidades de beneficiamento atendem as normas ambientais de tratamento de efluentes			Anual	0	0	0,00	100	0	0,00		
	02.04.03	30000 agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras				30.000	2.694	8,98	30.000	2.863	9,54		
Componente 3 - Gestão do Projeto A unidade de Gestão do Projeto é estabelecida e operativa.	03.01.01	Percentual das intervenções/atividades efetivamente executadas como previstas no Programa Operativo Anual (POA)			Semestral	100	18	18,00	100	18	18,00		



Resumo Descritivo	Dados do Indicador											Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Semáforo POA 2017	Unidade de Medida	Frequência de medida	Meta POA 2017	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
Componente 4 - Monitoramento e Avaliação (M&A)	04.01.01	O Sistema de M&A gera estudos, avaliações, sistematizações e outros produtos para a gestão de conhecimento e gerenciamento do projeto.			Mensal	42	42	100,00	103	42	40,78		



## APPENDIX 2: FINANCIAL: ACTUAL FINANCIAL PERFORMANCE BY FINANCIER;

### BY COMPONENT AND DISBURSEMENTS BY CATEGORY

**Tabela 2 A:** Execução Financeira por financiador em 30/11/2017

Financiador	Aprovado (Moeda do Contrato)	Aprovado (USD equiv)	Atual (USD)	Desembolsado (USD)	% desembolsado
FIDA	SDR 20.624.403	32.000.000	29.278.374	12.089.206	41%
Fundo Espanhol	EURO 5.948.482	8.000.000	7.132.993	1.637.828	23%
		<b>40.000.000</b>	<b>36.411.367</b>	<b>13.727.034 *</b>	<b>38%</b>
Governo	USD 40.000.000	40.000.000	40.000.000	6.352.765	16%
Total	USD EQUIV 80.000.000	80.000.000	112.822.733	33.806.833	30%

\*Há mais USD 2,000,000 em trâmite na tesouraria do FIDA em 13/12 – antes do fim da Missão, não contabilizado nesta tabela.

**Tabela 2 B:** Execução Financeira por financiador e componente (USD) ATUALIZADO em 30/11/2017

Componente	FIDA			Fundo Espanhol			Governo			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1. Desenvolvimento das Capacidades	14.792.166,4	6.191.425,2	41,9%	3.603.766,3	843.845,3	23,4%	12.855.000,0	1.988.337,1	15,5%	31.250.932,7	9.023.607,5	28,9%
2. Desenvolvimento Produtivo e sustentabilidade ambiental	12.783.669,9	1.309.857,2	10,2%	3.114.443,0	599.218,3	19,2%	17.465.000,0	307.481,5	1,8%	33.363.113,0	2.216.557,0	6,6%
Gerenciamento do Projeto	1.468.310,4	600.000,3	40,9%	357.719,6	115.272,0	32,2%	8.400.000,0	3.150.636,73	37,5%	10.226.030,0	3.865.909,0	37,8%
Monitoramento e Avaliação	234.227,0	172.071,1	73,5%	57.063,9	-	0,0%	1.280.000,0	421.315,2	32,9%	1.571.290,9	593.386,2	37,8%
Total	29.278.373,7	8.273.353,7	28,3%	7.132.992,91	1.558.335,5	21,8%	40.000.000,0	5.867.770,4	14,7%	76.411.366,7	15.699.459,6	20,5%



Tabela 2C: Desembolsos por Categorias (US\$ TOTAL equiv)

em 30/11/2017

	Descrição da Categoria	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	1. Desenvolvimento das Capacidades	18.262.294	16.440.955	6.160.475	0	10.280.480	37%
II	2. Desenvolvimento Produtivo e sustentabilidade ambiental	15.782.621	14.252.939	1.698.370	0	12.554.570	12%
III	Gerenciamento do Projeto	1.811.655	1.621.702	663.734	0	957.969	41%
IV	Monitoramento e Avaliação	290.357	258.227	172.071	0	86.156	67%
	Não alocado	3.853.074	3.837.543	0	0	3.837.543	0%
DI	Depósito Inicial			5.032.384	2.065.289	-7.097.673	
	<b>Total</b>	<b>40.000.000</b>	<b>36.411.367</b>	<b>13.727.034</b>	<b>2.065.289</b>	<b>20.619.044</b>	<b>38%</b>

Tabela2 C: Desembolsos por Categorias (SDR)

em 30/11/2017

	Descrição da Categoria	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	1. Desenvolvimento das Capacidades	9.384.000	9.384.000	4.294.073		5.089.927	46%
II	2. Desenvolvimento Produtivo e sustentabilidade ambiental	8.110.000	8.110.000	932.075		7.177.925	11%
III	Gerenciamento do Projeto	931.000	931.000	428.377		502.623	46%
IV	Monitoramento e Avaliação	149.000	149.000	124.916		24.084	84%
	Não alocado	2.050.403	2.050.403	0	0	2.050.403	0%
DI	Depósito Inicial			2.654.063	992.908	-3.646.971	
	<b>Total</b>	<b>20.624.403</b>	<b>20.624.403</b>	<b>8.433.504</b>	<b>992.908</b>	<b>11.197.991</b>	<b>46%</b>

Tabela2 C: Desembolsos por Categorias (EUR)

em 30/11/2017

	Descrição da Categoria	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	Gastps comDesenvolvimento das Capacidades	2.753.000	2.753.000	136.728	0	2.616.272	5%
II	Gastos com Desenvolvimento Produtivo e sustentabilidade ambiental	2.379.000	2.379.000	327.499		2.051.501	14%
III	Gerenciamento do Projeto	273.000	273.000	62.876	0	210.124	23%
IV	Monitoramentoe Avaliação	44.000	44.000	0	0	44.000	0%
	Não alocado	499.482	499.482	0	0	499.482	0%
DI	Depósito Inicial			789.190	560810	-1.350.000	
	<b>Total</b>	<b>5.948.482</b>	<b>5.948.482</b>	<b>1.316.294</b>	<b>560.810</b>	<b>4.071.378</b>	<b>22%</b>

**Gráfico 1: Desembolsos, comparação das alocações original, atual e desembolsos efetivos**

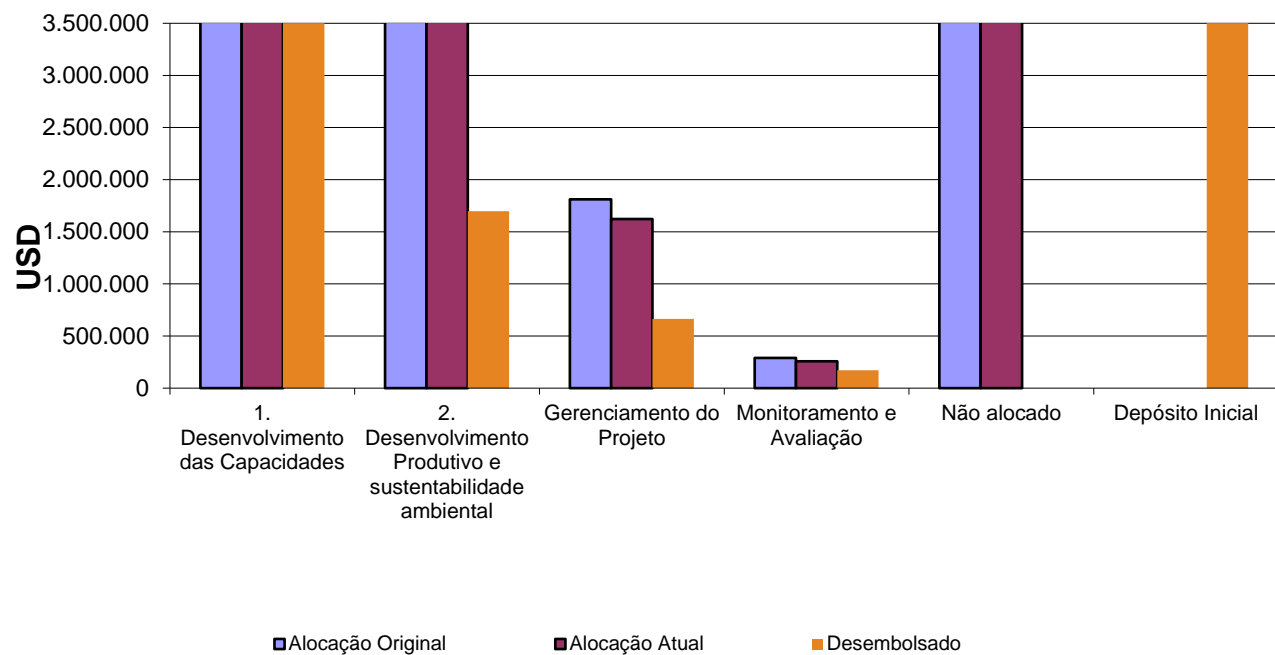




Tabela atualizada de acompanhamento das observações de auditoria							
Título do Projeto: Paulo Freire							
Empréstimo n.º I-882-BR E-17							
N.º	Exercício econômico	Classe: importantes/gerais	Referencia da auditoria	Observação de auditoria	Valor	Ação pela UGP	Resultados
1	2016	gerais	3.1	Apresentar Demonstrações Financeiras também nas moedas dos empréstimos	n/a	Os relatórios financeiros do primeiro semestre de 2017 foram enviados ao FIDA em todas as moedas e os seguintes	resolvido
2	2016	gerais	4.1	Adequação do MIS para geração de relatórios satisfatórios ao FIDA	n/a	O processo de implantação do Sistema Financeiro permite a emissão dos SOESS, C-10 e C11	Resolvido/ acatado
3	2016	gerais	5.1	Atraso na execução do Projeto – baixa execução do POA	n/a	Em setembro de 2017 foram assinados os contratos de ATC no montante de R\$ 24.439.926,95, os contratos de Cisternas R\$ 3.972.642,69. Houve pagamentos das no montante de R\$ 2.151.000,00 e dos convênios no montante de R\$ 4.122.158,00	Em execução

\*aplicados/ resolvido/ parcialmente resolvido/ não aplicado/pendente

**Apendice: Sinopsis de la evaluación del riesgo fiduciario del proyecto durante la supervisión**

Proyecto N.º882 BR/E 17 BR

Organismo de ejecución: SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrário)

	Evaluación de los riesgos E/M/B	Medida correctiva propuesta
Riesgo inherente		n.d.
Riesgos controlables		
1. Organización y dotación de personal	B+	Contratar equipo de rendición de cuentas
2. Presupuestación	B+	Hacer la adecuada propuesta de presupuestaria para 2018
3. Flujo de fondos y disposiciones sobre desembolsos	B+	
4. Controles internos	B+	Contratar equipo de rendición de cuentas
5. Contabilidad	B	
6. Presentación de informes financieros y seguimiento	B	
7. Auditoría interna	B	
8. Auditoría externa	B	
Riesgo fiduciario general del proyecto		
E=elevado, M=medio, B=bajo	B+	

**Observaciones:**

O risco é baixo com viés de médio pois necessita a contratação de pessoal para atender a prestação de contas de convênios(previsão de 400 para 2018) e apoio às OPRs neste tema e de gestão de convênios. Outro ponto importante é um baixo valor de orçamento de contrapartida proposta para a Lei do Estado em 2018. O Governador pessoalmente garantiu que aportará a contrapartida necessária. A baixa execução do POA tende a melhorar pois já há contratos de ATC, Cisternas e a previsão factível de assinatura de todos os convênios no 1º semestre de 2018.. Um plano de ação foi acordado e o FIDA fará uma missão em abril para verificar o orçamento disponível e andamento da tramitação dos convênios.



Evaluación de la gestión financiera durante la supervisión – Cuestionario de orientación

<b>País:</b> BRAZIL	<b>Número del préstamo/donación:</b> 882 BR/E 17 BR
<b>Nombre del proyecto:</b> Proyecto de Desarrollo Productivo e de Capacidades	Proyecto Paulo Freire
<b>Organismo de ejecución:</b> Secretaria de Desenvolvimento Agrario	<b>GPP:</b> Paolo Silveri
<b>EGF encargado del examen:</b> Danilo Pisani <b>Oficial de finanzas:</b> Dario Rimedio	<b>Fecha del examen:</b> 13 de diciembre de 2017

Tema		Calificación del riesgo E/M/B	Cuestiones/ Observaciones/ Recomendaciones
<b>A. Riesgos inherentes</b>			
<b>B. Riesgos controlables</b>			
<b>1. Organización y dotación de personal</b>			
a.	Idoneidad de la estructura orgánica para satisfacer las necesidades funcionales del proyecto	M	Necesita contratar técnicos em redición de cuentas para las oficinas regionales
b.	Existencia de descripciones claras de los puestos de trabajo de los cargos clave del proyecto, comprendidos los fiduciarios	B	
c.	Idoneidad del personal encargado de la gestión financiera del proyecto (cantidad y competencias), acorde con las necesidades funcionales del proyecto	M	Necesita contratar técnicos em redición de cuentas para las oficinas regionales
d.	Existencia e idoneidad de manuales y guías de actuación destinados al personal	B	Hay también para las OPRs
e.	Existencia de un sistema de evaluación basado en el desempeño y realización puntual de la evaluación del desempeño de todo el personal	M	En este momento No existe un sistema de evauación del personal de la UGP
f.	Idoneidad de la cobertura del seguro médico de todo el personal (si procede)	B	El equipo tiene seguro medico publico y voluntario
g.	Pago puntual de las cotizaciones a la seguridad social (si procede)	B	
h.	Personal correctamente informado de la política nacional y del FIDA acerca de la anticorrupción y de con quién ponerse en contacto al respecto	B	
<b>2. Presupuestación</b>			
a.	Preparación y aprobación puntuales del plan operativo anual (POA)	B	aprobado
b.	Concordancia del POA con las categorías de gastos del Apéndice 2 del convenio de financiación	B	
c.	Se han determinado las fuentes de financiación y los organismos de ejecución de cada categoría del POA	M	la propuesta (5%) presupuestaria para 2018 no está adecuada al POA
d.	Se han determinado las vinculaciones entre el POA y el plan de adquisiciones y contrataciones (en lo tocante al cálculo de los costos y las actividades). Contrólense las premisas en que se basan las estimaciones de los costos, así como los artículos de valor elevado	B	
<b>3. Flujo de fondos y disposiciones sobre desembolsos</b>			
a.	Puntualidad en el desembolso de los fondos por las diversas fuentes (y de la financiación de cofinanciadores, si procede)	B	
b.	Puntualidad en el desembolso de los fondos de contrapartida	M	Variación de 15% dela razón

c.	Eficiencia de los canales de financiación. Puntualidad y trazabilidad de los flujos de fondos	B	
d.	Eficiencia de los canales de financiación de las líneas de crédito. Puntualidad y trazabilidad de los flujos de fondos, si procede	B	
e.	Gestión de la(s) cuenta(s) especial(es) o cuenta(s) designada(s), desembolsos	B	
	i) Idoneidad de la asignación autorizada para asegurar la fluidez del flujo de fondos	B	
	ii) Corrección de los métodos empleados para hacer los desembolsos	B	
	iii) Idoneidad del respaldo documental de las declaraciones de gastos, reembolsos, pagos directos y compromisos especiales.(Consúltase el apéndice IV y complétase, reflejando las conclusiones en la calificación.)	B	Hubo revisión de alguns gastos em la missão
	iv) Preparación puntual y exactitud de las solicitudes de retiro de fondos	B	
	v) Autorización de las solicitudes de retiro de fondos	B	Secretario SDA y Coordinador(doble firma)
	vi) Situación de los fondos retirados de la cuenta especial para cubrir gastos cuya reposición todavía no se ha solicitado (señalación de casos antiguos)	NA	
	vii) Regularidad del monitoreo de la(s) cuenta(s) especial(es)/designada(s) y las conciliaciones mensuales firmadas por el gerente del proyecto. Examínense y evalúense las conciliaciones	B	
	viii) Comparación de lo desembolsado con el POA y análisis de si la tasa de desembolso es satisfactoria habida cuenta del tiempo de ejecución restante. Formúlense observaciones, si procede	M	Projeto atrasado. 20% do POA. Pero hay USD 10 millones contractados
	ix) Recuperación de los saldos de la(s) cuenta(s) especial(es) dentro del cierre del préstamo	NA	Solo después de junio/18
<b>4. Controles internos</b>			
a.	Separación de funciones. ¿Desempeñan diferentes unidades o personas las siguientes responsabilidades operativas: i) la autorización de una transacción; ii) la ejecución de una transacción; iii) el registro de la transacción, y iv) la custodia de los bienes objeto de la transacción	B	i)Coordinator ii)Coordinación planeamiento SDA iii)Administrador iv)Planeamiento SDA
b.	La claridad y la idoneidad de los procesos de decisión y la secuencia de sucesos de las funciones de control en la ejecución del proyecto se reflejan en el manual financiero (o su equivalente)	B	
c.	Observancia del manual financiero	B	
d.	Eficacia y eficiencia de los controles internos de las entradas de fondos no procedentes del FIDA	B	
e.	Idoneidad de la gestión de los contratos (llevarza de un registro de contratos y de un formulario de seguimiento) y de su archivo	B	El sistema nacional prevé estos documentos/seguimientos
f.	Eficacia y eficiencia de los controles internos de los gastos (ciclo completo: compromiso, pago, recepción de bienes y servicios, aprobación de pagos, calificación, etc.)	B	La ley nacional reglamenta el ciclo de control de los gastos controlados también por los sistemas. La responsabilidades de la UGP es en el Manual
g.	Documentos justificativos que confirmen la entrega y aceptación de los bienes, las obras o los servicios contratados	B	



h.	Controles físicos del dinero en efectivo, los documentos y los registros. Idoneidad de los sistemas de archivo. ¿Se efectúan conciliaciones mensuales de la caja chica y arqueos sorpresivos? Custodia de la caja chica y control de las llaves	B	Reglas nacionales
i.	Idoneidad de la gestión material del efectivo	B	
j.	Pago puntual a los proveedores y consultores	B	
k.	Legitimidad de los gastos con respecto a los convenios de financiación	B	
l.	Legalidad/legitimidad de los anticipos de fondos del proyecto y justificación puntual de su utilización	B	
m.	Cumplimiento de las cláusulas sobre gestión financiera de los convenios de financiación y de la carta al prestatario	B	
n.	Idoneidad de la llevanza de registros actualizados de los activos fijos y las existencias	B	
o.	Idoneidad de los controles de los activos del proyecto, con inclusión de: i) la gestión de los vehículos y de otros activos (¿están debidamente etiquetados o marcados los activos, se efectúa regularmente un recuento físico de las existencias?); ii) la gestión del combustible (¿llevan los conductores un cuaderno de registro?), y iii) las autorizaciones de viajes (incluidos los viáticos pagados al personal)	B	
p.	Idoneidad del seguro de los vehículos y los activos	E	Vehículos aún no tienen seguro
q.	Talleres: i) disponibilidad de la lista de los participantes; ii) viáticos pagados a los participantes, y iii) recibos de los gastos de los talleres	B	
r.	Idoneidad de los controles y del proceso de autorización para el empleo de los fondos (pagos, transferencias, gestión del efectivo/saldo bancario) y otras cuentas operacionales – cuenta no especial	B	
s.	Arreglos y controles bancarios (conciliación de los estados bancarios con las cuentas financieras)	B	
t.	Existencia de una unidad de apoyo adecuada de tecnología de la información	B	
<b>5. Contabilidad</b>			
a.	Base de la contabilidad (efectivo, devengados) y control sobre si las normas contables están en consonancia con los requisitos del FIDA (por ejemplo, NIIF/IPSAS 1, presentación de estados financieros/IPSAS 2 estados de flujos).	B	Efectivo
b.	Idoneidad y fiabilidad del sistema contable (¿Se emplea la contabilidad por partida doble?; especifíquese el programa informático que se utiliza. ¿Se registran los datos presupuestarios en el sistema contable? ¿Puede producir el sistema contable informes financieros automáticos periódicos?)	B	
b.	Llevanza de registros (con inclusión de la documentación y del archivo)	B	
c.	Llevanza y conciliación del registro de los activos fijos (control físico y por muestreo)	B	
d.	Documentación y controles adecuados de los sistemas de información, con inclusión de los procedimientos contables documentados, la copia de seguridad de los registros financieros y la integración de todos los subsistemas	B	
e.	Idoneidad del plan de cuentas a efectos de la contabilidad del proyecto	B	
f.	Puntualidad en el registro de las transacciones, regularidad de la realización y aprobación de las conciliaciones, controles de registros erróneos	B	
g.	Contabilización correcta de las contribuciones de fondos de contrapartida (como impuestos y exenciones fiscales), así como	B	

	de aquellas de los beneficiarios, y apropiada presentación de informes al respecto		
<b>6. Presentación de informes financieros y seguimiento</b>			
a.	Exhaustividad, exactitud, utilidad y puntualidad de los informes financieros	B	
b.	Informes provisionales de la gestión financiera y su vinculación con los informes de avances del proyecto - preparación y presentación al FIDA en los tiempos oportunos	B	
c.	Preparación de informes que muestren los ingresos y gastos reales y presupuestados y la tasa de ejecución del POA	B	
d.	Seguimiento de las recomendaciones sobre cuestiones fiduciarias de ayudas memorias anteriores	B	
e.	Alineación razonable entre la tasa de desembolso de las categorías de gastos recurrentes frente a los de las inversiones	B	
<b>7. Auditoria interna</b>			
a.	Existencia de disposiciones sobre auditoría interna	B	Auditoria interna del Estado
b.	Idoneidad de las disposiciones sobre auditoría interna (organización - capacidad del personal)	B	
c.	Idoneidad del alcance de la labor y de la calidad de los informes de auditoría interna	B	
d.	Evaluación de las cuestiones planteadas en los informes de auditoría	B	
<b>8. Auditoría externa</b>			
a.	Idoneidad del alcance y el mandato	B	
b.	Cumplimiento del mandato	B	Realizada
c.	Puntualidad del informe de auditoría	B	Llegó al ICO em 4/7/17
d.	Calidad de la auditoría	B	
e.	Implementación de las recomendaciones de auditoría/el plan de acción convenido para hacerlo	B	



## **APPENDIX 03: COMPLIANCE WITH LEGAL COVENANTS: STATUS OF IMPLEMENTATION**

### **Cumprimento das cláusulas contratuais: estado de implementação**

#### **1. Arranjos de Aquisições**

As contratações do PPF estão distribuídas em parte com execução direta pelo Setor de Licitações da SDA com análise do Setor Jurídico, como também pela Comissão de Licitação da PGE, a CEL 04. E em parte com execução indireta, sendo realizadas pelo IICA, pelos beneficiários por meio dos convênios efetivados com as comunidades/organizações produtivas no âmbito dos Planos de Negócios/Investimentos e por fim, pelo Instituto Agropolos do Ceará, que em 2017 passou a fortalecer o arranjo de aquisições do PPF após ter celebrado com a SDA um Contrato de Gestão.

O Setor de Aquisições da SDA realiza as Chamadas Públicas, a CEL 04 realiza os métodos internacionais (Shopping, SBQC etc.). O IICA realiza contratações diversas, sendo de aquisições de bens e serviços comuns e seleções de consultorias. As comunidades realizam Shopping para as aquisições dos itens previstos em seus Projetos Produtivos e o Instituto Agropolos realiza Pregões Eletrônicos e lança editais para contratação de pessoal e de credenciamento de pessoa jurídica para serviços técnicos.

Todas as licitações, com exceção das previstas para o PCT/IICA e para o Instituto Agropolos, são registradas em um sistema do estado denominado Licita Web.

#### **2. Pessoal de Aquisições e Contratações**

A Missão de Supervisão de setembro/2016 recomendou a contratação de dois profissionais para atuação na UGP, sendo um Especialista Pleno e um Assistente, mas somente se obteve êxito em uma das vagas. Dessa forma, a equipe de licitações e contratos da UGP Paulo Freire é composta apenas por duas pessoas, sendo uma Gerente e uma Assistente de Licitações. A Assistente possui larga experiência com licitações e contratos, inclusive com a regra internacional e iniciou suas atividades com o PPF em 2016, conseguindo apoiar o Projeto na aceleração das licitações, tanto as que estavam em atraso, quanto às atividades novas do Plano de Aquisições.

Integra ainda como equipe de Aquisições, um Coordenador do PCT/IICA/PPF. O mesmo atua de forma independente e realiza todos os procedimentos relativos às contratações previstas no âmbito do PCT. Sua experiência é voltada para os normativos do IICA e necessita de maior aprofundamento com o regramento FIDA.

A equipe de licitações da CEL 04 (PGE) possui experiência e treinamento na regra internacional e dão andamento satisfatório aos respectivos certames. Já a equipe do Instituto Agropolos não possui experiência e nem treinamento na regra internacional, necessitando de um aprofundamento maior sobre as Diretrizes e Política do FIDA.

Por fim, o Setor de Licitações gerais da SDA, possui equipe experiente com as licitações na regra nacional, que para o PPF são relativas somente à realização de Chamadas Públicas.

A missão registra que apesar da equipe de licitações da UGP/PPF ter número reduzido, as equipes dos demais órgãos e organismos suprem as necessidades de licitações, porém, grande atribuição possui a equipe da UGP na condução, acompanhamento para providências e apoio na gestão das contratações.

#### **3. Arquivos dos registros das licitações e documentação suporte**

Foram verificados os arquivos dos registros das licitações e documentação suporte dos executores do Projeto. O escritório da UGP passou por reforma e atualmente possui sala específica e mobiliário novo para a guarda da documentação. Os arquivos estão quase em toda sua totalidade organizados e compostos por documentação suporte instruída adequadamente. O mesmo ocorre com os documentos de licitações e contratos no âmbito do IICA, cuja a guarda se encontra em arquivo lógico (sistema IICA) e físico, devidamente instruído. Importante registrar a equipe de licitações do PPF precisa acessar o sistema do IICA para consultar os processos realizados e ter acesso aos contratos para apoiar a gestão. Dessa forma a missão solicita que seja disponibilizada senha de consulta às integrantes da equipe.

O Instituto Agropolos foi visitado, mas não houve possibilidade de checagem do local de guarda dos documentos do Projeto Paulo Freire, porém, foram verificados alguns processos administrativos e constatou-se que estavam adequadamente instruídos e organizados. Na oportunidade, foi solicitado ao Instituto que enviasse por meio eletrônico todos os contratos do PPF para controle e acompanhamento da equipe de Licitações e Contratos.

A análise de documentos de licitações abrangeu alguns certames realizados por beneficiários, quando da visita do FIDA a campo. Dentre as visitas realizadas no município de Sobral, apenas a Associação das

Comunidades de Quixaba, Boa Vista 1 e 2 e Tamanduá havia realizado procedimento de licitação, onde foram adquiridos kits de informática, máquinas e materiais de costura. A Presidente da Associação apresentou pasta com a documentação dos procedimentos de Shopping realizados, que demonstravam ter sido realizados de acordo com o determinado no Manual do Projeto e estando, inclusive, arquivados adequadamente.

#### 4. Gestão de contratos

Há vários tipos de contratos sendo executado pelo Projeto Paulo Freire, provedores de serviços para o público beneficiário, alguns viabilizados pelo IICA, pelo Instituto Agropolos, por entidades de construção de cisternas e de capacitação em políticas públicas que têm sido adequadamente gerenciados, com exceção das entidades de ATC, cuja primeira leva contratada demorou consideravelmente para entregar os Projetos Produtivos. A nova leva de contratos começaram a executar há três meses atrás, num melhor ritmo.

A gestão dos contratos de ATC se tornou o grande complicador do PPF, diante dos desafios atuais de atraso na implementação dos Projetos Produtivos, considerando o curto tempo restante do Projeto e toda a sistemática envolvida para que se consiga executar, que envolve elaboração do plano de investimento e plano de trabalho, revisão, aprovação, inserção na Lei Autorizativa, formalização de convênio, realização de procedimento de licitação e prestação de contas.

As equipes das URPs precisam estar focadas na revisão e aprovação dos Planos de Investimentos e Planos de Trabalho e ao mesmo tempo com interlocução direta com a UGP para providências quanto à Lei Autorizativa e formalização dos Convênios, assim que os PIs estejam aprovados.

As organizações de ACT precisam de acompanhamento, fiscalização e orientações para que elaborem nesse curto tempo, os Projetos Produtivos (Planos de Investimentos e Planos de Trabalho) com qualidade suficiente para facilitar as aprovações. E adiante a isso, quando os convênios estiverem liberados, precisam ser proativas e ter agilidade para apoiar os beneficiários na realização dos certames de aquisições previstos nos planos de trabalho e respectivas prestações de contas. Isso implica em antecipar a identificação de fornecedores legalizados no mercado, assim que os planos de trabalho ficarem prontos, para se conseguir ganhar tempo.

Essa gestão precisa ocorrer de forma coordenada e integrada entre Setor de Licitações e Contratos, Gerentes de Componentes e das URPs, junto às organizações contratadas. Registre-se aqui, que as funções dos profissionais de licitações não terminam com a adjudicação das proponentes, mas sim quando as atividades contratadas são concluídas. Ou seja, os profissionais de Licitações e Contratos devem fiscalizar a execução contratual, atentos aos prazos, zelando para que as entregas sejam efetuadas conforme o planejado nos Termos de Referência e Contratos, para efetivamente colaborar com o alcance dos resultados esperados para o Projeto.

#### 5. Plano de Ação para fortalecimento dos aspectos de Aquisições

Para o fortalecimento das aquisições a missão recomenda que seja ministrado aos executores do PPF treinamento em aquisições conforme as Diretrizes FIDA, fato que foi solicitado pelo Instituto Agropolos e pela CEL 04.

Porém, na situação presente do PPF a prioridade é o fortalecimento das aquisições no âmbito dos Planos de Investimentos dos beneficiários. Apesar das comunidades atendidas pelo Projeto receberem assistência técnica contínua, houve grande atraso na elaboração do Planos de Investimentos e na execução das aquisições previstas pelas entidades contratadas nos primeiros lotes. Os contratos de ATC relativos aos demais lotes estão em vigor desde outubro/2017 (três meses).

A sistemática das aquisições previstas para os beneficiários do PPF é complexa considerando que essa atribuição está em mãos de terceiros contratados, o que exige das equipes do PPF olhar direcionado e ações de gestão contratual tempestivas, com a realização de reuniões com as equipes de campo, tanto das organizações, quanto das ERPs para definição de metas de elaboração dos PIs, e na sequência, metas de execução desses PIs.

O Planos de Investimentos (com seus Planos de Trabalho anexos) precisam estar concluídos, revisados e aprovados no mais tardar **na data limite de março/2018, pois o FIDA não financiará os PIs entregues após esta data**. Algumas organizações visitadas como a CETRE, IAC e CEALTRU passaram por reunião com a equipe FIDA em campo, e foram informadas da urgência de execução dos PIs, considerando as grandes limitações que se aproximam com o defeso eleitoral que começa em junho e restringe assinatura de contratos/convênios na Administração Pública.

As organizações CETRU e IAC se comprometeram com as entregas no prazo necessário, porém a CEALTRU necessita de acompanhamento e posicionamento frente os compromissos contratuais e a emergência atual do PPF. Situações como essa precisam de ação imediata da UGP e das profissionais de licitações e contratos, no apoio do andamento das entregas e ações preventivas de acompanhamento e repactuação com essas organizações. Importante registrar que não basta convocar somente os dirigentes, mas também os técnicos que atuam em campo. Dessa forma é necessário que a UGP posicione todas as organizações contratadas para pactuar as entregas e a forma de trabalho que atenda a isso, o quanto antes.

Também se faz necessário identificar as Associações que apresentam atraso na execução e os gargalos que ocasionaram esses atrasos. As que tiverem recurso em conta precisam realizar as licitações programadas de imediato.

As organizações contratadas precisam priorizar também as Associações de beneficiários que estão com a documentação em dia ou com problemas de fácil e rápida resolução, para que comecem logo a executar.

A missão registra que solicitou a essas organizações enviarem os planos de investimentos com os respectivos planos de trabalho para revisão da ERP assim que finalizados e não esperar para enviar em quantidades maiores, de forma a facilitar o fluxo de análise da equipe da ERP Sobral. **A missão recomenda** que essa sistemática seja repassada às demais organizações que atuam com as outras ERPs.

Além disso, é importante que a Coordenação do PPF verifique a contratação via Agropolos de pessoal suficiente para apoiar a revisão desses documentos, de forma a não se tornar um gargalo de execução e impeditivo de obtenção dos resultados que se espera que o Projeto alcance em tão pouco tempo.

#### 6. Revisão do progresso da implementação do Plano de Aquisições

O progresso de implementação do Plano de Aquisições deu um salto em 2017, sendo licitadas todas as importantes atividades, fato que gerou inclusive a inserção de novas ações que também foram licitadas e contratadas. Essa evolução foi em parte atribuída à atuação da Assistente contratada, que proporcionou ritmo célere na realização dos procedimentos necessários à implementação das atividades que estavam atrasadas, acompanhamento os certames junto aos órgãos e entidades envolvidas de forma a proporcionar a agilidade necessária. Foram licitadas em 2017 com assinatura de contrato:

- Serviços de Assessoria Técnica Contínua – ATC.
- Capacitação em acesso às Políticas Públicas.
- Cartilha de Acesso às Políticas Públicas.
- Implementação de tecnologia de acesso à água – Cisternas.
- Elaboração de Linha de Base para avaliação do PPF.
- Contrato de Gestão com Instituto Agropolos.
- PCT IICA.
- Convênio firmados com FETRAECE e EMBRAPA.
- Auditorias Externas do PPF.

As implementações de tecnologias de acesso à água relativas às Cisternas Escolares e Cisternas de Água Limpa (ETAs) foram agregadas recentemente ao Plano de Aquisições do Projeto, mas não estavam previstas originalmente em seu desenho, porém obteve-se a não objeção do FIDA devido ser consideradas tecnologias de grande necessidade ao público do PPF, convergindo de toda sorte ao apoio e subsistência das demais ações produtivas.

Porém, não houve progresso na elaboração dos Planos de Investimentos e respectivos Planos de Trabalho, que são documentos base para a realização das licitações previstas para as Associações de Comunidades beneficiárias, o que afetou o resultado atual do PPF.

#### 7. Sistema Nacional de Aquisições e Contratações

O PPF utilizou o regramento FIDA nas licitações de execução direta, como a contratação de ATC, porém, com o atendimento subsidiário da regra nacional. Já os certames para contratação de tecnologias de acesso à água foram licitados pela regra nacional, denominada Chamada Pública, método aceito pelo FIDA.

O Instituto Agropolos utiliza Pregão Eletrônico, conforme Lei 10.520, editais de seleção de pessoal e credenciamento de pessoa jurídica para serviços técnicos, conforme seu regulamento interno. Como forma de controle, todas as licitações de execução direta são registradas em sistema do governo, o Licita Web.

#### 8. Cumprimento de cláusulas contratuais

Foi verificado que os itens relativos ao atendimento das cláusulas do Acordo de Empréstimo foram cumpridos em quase toda sua totalidade. Dessa forma a missão faz os seguintes registros sobre os atendimentos:

- Relatório de auditoria do exercício anterior (2016) entregue. Devido a mesma empresa ter atuado por quatro anos, a equipe de licitação do Projeto está providenciando novo certame de SMC para contratação de auditoria para 2018, relativa ao ano de 2017.
- Relatórios de progresso semestrais entregues.
- Equipe-chave em número suficiente ao atendimento das demandas estabelecidas.
- Utilização de sistema financeiro.
- Plano Operativo Anual e o Plano de Aquisições entregues e sendo revisados durante a missão.
- Manual de Operações aprovado, podendo sofrer ajustes devido às estratégias acordadas na RMT.



Porém a missão registra que alguns contratos que foram licitados pelo IICA e pelo Instituto Agropolos não contemplam as Cláusulas de Combate à Fraude e à Corrupção, o que oportunamente passou a ser corrigido em virtude de acordos efetivados durante as reuniões da missão com os executores.

#### 9. Conformidade dos processos de licitação e qualidade da documentação

Na análise dos processos de licitações a missão faz registros aos realizados no âmbito do Setor de Licitações da SDA, do PCT/IICA e do Instituto Agropolos. Os processos no âmbito da CEL 04 estão conformes.

O Setor de Licitações da SDA realizou Chamadas Públicas para cisternas escolares e de água limpa (ETAs). Os certames foram submetidos ao FIDA para análise e não objeção, porém é importante destacar que o FIDA acatou este método de Chamada Pública em seu regramento, mas com adaptações, o que não ocorreu com essas duas licitações. É necessário que haja análise técnica dessas proponentes com as informações de pontuações registradas em relatório de avaliação técnica, e não somente em Ata, de acordo com os critérios de pontuações definidos em edital, elencando e classificando as proponentes conforme pontuações obtidas. **A missão recomenda** que caso ocorra nova licitação de Chamada Pública, que esses itens sejam atendidos, de forma a evidenciar a transparência no certame e capacidade de resposta a alguma proponente que deseje entrar com recurso.

A análise dos processos no âmbito do PCT/IICA ocorreu na categoria de Consultorias (pessoa física e jurídica). Foi verificado que nos contratos de Consultores Individuais não constam as cláusulas de Combate à Fraude e à Corrupção, oportunidade em que foram disponibilizadas à equipe e acordado com o Coordenador do IICA/PPF essa inserção. Outro ponto identificado foi relativo aos Critérios e Qualificações nos Termos de Referência dos Consultores Individuais, que não vem sendo elaborado conforme orientações já repassadas à sede do IICA. Segue no Anexo 01 a este apêndice modelo e orientações para redação deste item nos Termos de Referência de Consultoria Individual. Importante registrar que a sistemática de critérios do FIDA flexibilizam a participação de candidatos e facilitam às análises curriculares, diminuindo licitações vazias, além de proporcionar que o candidato mais experiente e qualificado seja contratado.

Ainda No Âmbito do PCT/IICA, foi verificado o certame relativo a Técnica e Preço para seleção de entidades do Terceiro Setor para prestação de serviços de realização de oficinas de capacitação sobre as **Políticas Públicas** Disponíveis para os povos do Semiárido em 217 (duzentas e dezessete) comunidades selecionadas pelo Projeto Paulo Freire. O certame estava em conformidade com o método realizado, mas devido a atual conjuntura do Projeto Paulo Freire, de necessitar priorizar os recursos para os Planos de Investimentos, **em princípio, a missão informa que não está prevista alocação de recursos que permita a renovação desse contrato**, salvo situação futura que possa mudar a atual conjuntura do PPF.

No Instituto Agropolos foi verificado o processo de contratação da empresa **Portfólio Consultoria Empresarial Ltda.** cujo objeto é a prestação de serviço especializado em métodos e implantação de Portfólio, Programas e Projetos, para apoiar a UGP da Secretaria de Desenvolvimento Agrário no âmbito do Projeto Paulo Freire. O processo de seleção chama-se “Edital de Credenciamento”, previsto nos normativos do Instituto. Porém não há análise técnica com pontuações da experiência dessas empresas, apenas são identificadas por atender o objeto do Edital (tipo guarda-chuva). Em reunião com a equipe do Instituto Agropolos sobre os métodos, foi solicitado ao FIDA treinamento à equipe de licitações e contratos do Agropolos na regra FIDA, de forma ampliar o leque de atendimento às licitações de Projeto Paulo Freire. A missão recomendou entrar em contato com a Coordenação do PPF para verificar junto ao FIDA o pleito.

A missão realizou reunião com a empresa Portfólio de forma a verificar a viabilidade contratual de identificarem os “gargalos” na execução do Projeto Paulo Freire e sinalizarem ações tempestivas e necessárias para agilizar essa execução, com identificação de pessoas chaves nesse processo. A missão recomenda que a Coordenação do PPF e equipe de Licitações e Contratos acompanhe o levantamento de informações e desenvolvimento das soluções que serão apontadas pela empresa, com a devida observação de que sejam tratados temas que estejam dentro do arcabouço contratual com a empresa.

#### 10. Outros assuntos relevantes

##### 10.1. Pessoal

Foi destacada pela Coordenação do PPF a necessidade de readequação de função de dois integrantes da UGP contratados no âmbito do PCT/IICA, que possuem atuação eficaz e necessária às atividades do Projeto, tendo o FIDA recebido o seguinte pleito:

1. SORAYA VASCONCELOS OLIVEIRA - Admissão através de processo seletivo via PCT - IICA/PPF para o cargo de Assistente de Aquisição. Contrato de trabalho firmado em 01/02/2017. Justifica-se a readequação de função em virtude da referida profissional ter um currículo que atende as prerrogativas e competências do Especialista em Aquisição, fato comprovado também através do desempenho técnico que vem primando ao longo dos 10 (dez) meses, desenvolvendo e desempenhando suas habilidades e conhecimento na área de contratos, licitações e convênios conforme a demanda do Projeto. Importante salientar que nesses dez meses de atuação a referida profissional conseguiu em ritmo célere atualizar as licitações, contratações e convênios que estavam pendentes.

2. JUAN CARLOS CALANI RODRIGUES - Admissão através do processo seletivo via PCT IICA/PPF em 06/06/2016. Contratado para o cargo de Auxiliar Administrativo. Importante salientar que desde a sua admissão, o referido profissional demonstrou conhecimento e habilidades práticas nas áreas de micro finanças, Informática, planilhas eletrônicas Excel, apoio na tradução de textos do espanhol para o português e vice-versa, suporte aos usuários do sistema de gestão de ATC - Equipes das entidades de Assessoria Técnica Contínua, alimentação de informação no sistema FIDA, suporte na área de informática à equipe do PPF. Portanto, o referido profissional vem atuando e desempenhando com eficiência e qualidade as atividades colaborativas necessárias para o desenvolvimento da área de monitoramento e avaliação requeridas pelo PPF. Essas atividades exercidas estão além das atividades anteriormente contratadas. Dessa forma, é necessária a readequação de função para Especialista em Tecnologia da Informação.

**O FIDA**, por meio deste memorando de Revisão Meio Termo, **emiti sua não objeção** às duas readequações de funções solicitadas, **recomendendo imediatas providências junto ao contratante IICA**.

Outro ponto de suma importância relativo a pessoal foi verificado durante as visitas de campo, onde se verificou que na **ERP de Sobral** houve uma baixa na equipe com a saída de um dos Especialistas Produtivos (Componente 02 – Desenvolvimento Produtivo e Sustentável), contratado no âmbito do PCT/IICA.

Devido à gama de atividades atuais desse escritório, e, considerando que terão pela frente e em curto prazo, um quantitativo muito superior de PIs além dos que já estão recebendo para análise atualmente das organizações de ATC contratadas, **se faz urgente a reposição desse profissional**. Em diálogo do FIDA com a Coordenação, houve a informação de que viabilizar a contratação desse novo Especialista Produtivo será mais rápido via Instituto Agropolos, a considerar que já se envidou esforços em fazer contato com o 2º colocado no certame realizado pelo IICA, que originou a contratação do primeiro especialista, porém não houve retorno. A **missão recomenda** providências urgentes para essa contratação via Agropolos, considerando ainda que o IICA entra em recesso no período de dezembro e janeiro, o que atrasaria demasiadamente essa reposição.

#### 10.2. Comissões de Avaliações

Outro ponto identificado durante às análises das licitações do PPF foi referente a dúvidas das equipes sobre quem deve analisar propostas técnicas e financeiras e adjudicar proponentes vencedoras. Cabe às “Comissões de Avaliações” dos certames realizar essas análises, e não às equipes de Licitações e Contratos, essa última realiza e conduz os procedimentos de licitações e acompanha a gestão contratual.

A base dessas análises são as pontuações determinadas nos editais, quando consultorias/assessorias de empresas, ou análises curriculares, quando consultoria individuais e de cotações/propostas de preços, quando aquisições.

Essa não é uma comissão fixa, como as Comissões de Licitações o são, sua composição é definida por certame e encerram sua atuação no encerramento dos contratos que adjudicaram. Devem ser compostas pelas pessoas que participaram da elaboração do Termo de Referência (mínimo de três).

A Comissão de Avaliação é em suma integrada por técnicos que conhecem o objeto dos Termos de Referência e que, principalmente, o elaboraram. Devem ainda, após contratação das proponentes, analisar, rejeitar ou aprovar produtos, conferir a fidedignidade de bens e serviços comuns entregues em relação às especificações, sempre com o devido registro (Notas Técnicas de aprovação de produtos e mapas de apurações de preços para as aquisições e serviços comuns).

## ANEXO 01 ao APÊNDICE 03:

### Orientações para a redação do item “Qualificações Profissionais” de Termos de Referência Pessoa Física

A missão recomenda que seja utilizado o seguinte texto:

Poderão participar desta seleção os profissionais que tenham, no mínimo, a qualificação descrita abaixo, que será verificada mediante aplicação dos critérios de avaliação, distribuídos entre formação acadêmica e experiência, com respectivamente 30% e 70% dos pontos totais:

Requisitos mínimos:

- Profissional graduado em curso de nível superior.
- Experiência profissional mínima de 03(três) anos atuando em atividades correlatas ao Termo de Referência.

Requisitos Desejáveis:

- **Formação:**
  - Graduação nas áreas de (...)
  - Pós-graduação em áreas de (...).
  - Cursos (...).
  - Cursos voltados para as áreas de (...).

- **Experiência:**
  - a. Experiência em (...).
  - b. Experiência correlatas em (...).
  - c. Experiência em parcerias com (...).
  - d. Experiência similares a (...).

Os currículos deverão ser detalhados, permitindo a contagem de tempo de experiência (data de início e fim do contrato) para permitir uma adequada análise por parte da Comissão de Avaliação.

Dessa forma descrita deverá ser preenchida a Matriz de Avaliação, que **NÃO** deverá ser publicada com o TDR e nem mesmo divulgada em nenhum momento. Cada currículo que atenda aos “Requisitos Mínimos” deve ser avaliado por cada um dos integrantes da Comissão de Avaliação. Cada avaliador deve justificar cada ponto efetuado. A equipe de Licitações deve orientar a Comissão de Avaliação como proceder. Os pontos devem ser distribuídos conforme necessidade da formação e da experiência necessária aos serviços, porém respeitando o limite de 30 pontos para formação e 70 pontos para experiência. Essa sistemática proporciona a contratação do candidato mais experiente.

**MATRIZ DE PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CURRÍCULOS DE CONSULTOR INDIVIDUAL  
USO INTERNO – NÃO PODE SER DIVULGADO ANTES DO FINAL DO PROCESSO SELETIVO**

**NOTA FINAL MÍNIMA PARA ACEITAÇÃO DO CANDIDATO: 70 PONTOS**

**NOME DO AVALIADOR:**

**NOME DO CONSULTOR AVALIADO:**

**A- CRITÉRIOS ACADÊMICOS – MÁXIMO DE 30 PONTOS<sup>1</sup>**

CRITÉRIOS		PONTOS
1	Profissional graduado em (...).	<b>Até 05</b>
2	Pós-graduação em áreas de (...).	<b>Até 05</b>
3	Cursos de (...).	<b>Até 10</b>
4	Cursos de (...).	<b>Até 05</b>
5	Cursos voltados para (...).	<b>Até 05</b>
<b>Total (máximo 30 pontos)</b>		<b>30</b>

**JUSTIFICATIVA PARA A PONTUAÇÃO - CRITÉRIOS ACADÊMICOS**

CRITÉRIOS	
1	
2	
3	
4	

<sup>1</sup> **Orientação ao avaliador:** Cabe a cada avaliador, em sua avaliação individual, distribuir os pontos, respeitando a pontuação máxima, de acordo com a adequação acadêmica do consultor à tarefa específica de consultoria, conforme descrita no Termo de Referência. Não se espera que todos os profissionais que atendam aos requisitos mínimos recebam a mesma pontuação, mas sim que o avaliador atribua a melhor nota ao melhor candidato, considerando a relevância do currículo do consultor frente ao serviço de consultoria proposto e avaliando aspectos tais como a área de formação, a instituição de formação, etc. Notas sucessivamente e proporcionalmente inferiores são atribuídas aos demais candidatos. É importante observar que melhor nota não significa pontuação máxima, mas sim a maior nota entre os candidatos, a qual pode ou não atingir a pontuação máxima disponível.



5	
---	--

**B- CRITÉRIOS DE EXPERIÊNCIA – MÁXIMO DE 70 PONTOS<sup>2</sup>**

CRITÉRIOS		PONTOS
1	Experiência profissional mínima de 03 (três) anos atuando em (...).	<b>Até 5</b>
2	Experiência em (...).	<b>Até 30</b>
3	Experiência em (...).	<b>Até 10</b>
4	Experiência com (...).	<b>Até 15</b>
5	Experiência em (...).	<b>Até 10</b>
<b>Total (máximo 70 pontos)</b>		<b>70</b>

**JUSTIFICATIVA PARA A PONTUAÇÃO - CRITÉRIOS DE EXPERIÊNCIA**

CRITÉRIOS	
1	
2	
3	
4	
5	

<sup>2</sup> **Orientação ao avaliador:** Cabe a cada avaliador, em sua avaliação individual, distribuir os pontos, respeitando a pontuação máxima, de acordo com a adequação da experiência do consultor à tarefa específica de consultoria, conforme descrita no Termo de Referência. Não se espera que todos os profissionais que atendam aos requisitos mínimos recebam a mesma pontuação, mas sim que o avaliador atribua a melhor nota ao melhor candidato, considerando a relevância do currículo do consultor frente ao serviço de consultoria proposto e avaliando aspectos tais como a área de experiência, o tempo de experiência, etc. Notas sucessivamente e proporcionalmente inferiores são atribuídas aos demais candidatos. É importante observar que melhor nota não significa pontuação máxima, mas sim a maior nota entre os candidatos, a qual pode ou não atingir a pontuação máxima disponível.

## **APPENDIX 4: TECHNICAL BACKGROUND ANALYSIS**

### **APÊNDICE 4A: INVESTIMENTOS PRODUTIVOS**

1. Situação atual do componente. A partir das informações fornecidas pelo Projeto em 24/11/2017, pode-se verificar que o nível de implementação dos 62 PIs ainda está muito aquém do esperado, dado o prazo decorrido do Projeto. Somente 22 associações receberam recursos referente a 1ª parcela e dessas apenas 5 receberam a 2ª e última parcela. Isso significa que apenas 29% do total previsto para ser repassado chegou na conta das associações e menos ainda foi realmente implementado. Em relação à segundo lote de contratação, o ritmo de trabalho das ATCs (contratadas em 10/2017) está bem mais rápido, com 268 DRPs e 39 PIs sistematizados até o dia 06/12/18.
2. Durante a Missão foi necessário revisar o planejamento do PPF em relação ao número de PIs a serem elaborados e implementados. As circunstâncias atuais não permitem que sejam elaborados 538 PIs novos (além dos 62 da primeira fase), reduzindo sua capacidade de alcançar a meta total de 600, conforme assinala o documento de Desenho do Projeto. Após a análise de alguns cenários, foi acordado que:
  - i. Serão elaborados aproximadamente 420 novos PIs com associações comunitárias e 1 PN com organização econômica. A média de famílias beneficiárias entre todos os PIs deve ser 36 e no caso do PN 120;
  - ii. Para os 120 PIs (29%) que já se encontram em fase de finalização de elaboração será mantido o valor máximo por família a ser financiado pelo Projeto de até USD 2.000, evitando que seja necessário realizar revisões no que já está feito. Para os demais 300 (71%) o valor de referência será de até USD 1.500 por família.
3. Com essa nova configuração, o Projeto passará a beneficiar um total de 17.472 famílias com PIS, que equivale a 87,4% da meta, definida no desenho do Projeto (20.000 famílias). A execução integral dos 482 PIs representará no final o alcance de 80,3% do total previsto, permanecendo uma demanda reprimida de 20%, já que foram identificadas 600 comunidades.
4. Para que as metas mencionadas no parágrafo anterior sejam alcançadas é importante assegurar que os USD 25.033.992,96 disponíveis no momento da RMT, sejam aplicados nos PIs. É importante considerar que seja elaborado um número maior de PIs com associações, para além dos 420, para que por exemplo, no momento de inclui-las na Lei Autorizativa, as que não puderem ser incluídas por algum motivo sejam substituídas por outras que estejam adimplentes. Com base nas experiências recentes do PPF com este tema, torna-se necessário definir um número extra de PIs a serem elaborados e que farão parte de uma reserva técnica de PIs.
5. Considerando o fluxo de elaboração e tramitação dos PIs nas diferentes instâncias do PPF e o início do período de defeso eleitoral em 07/07/2018, foi acordado com o PPF que todos os 420 PIs (mais uma reserva técnica) deverão estar concluídos em 31/03/2018. Vale reafirmar que nesta data as associações e cooperativas devem estar livres de pendências que as impeçam de serem incluídas na Lei Autorizativa na Assembleia Legislativa.
6. No sentido de dar celeridade ao processo, nas fases que estão sob a gerência do PPF, sem ter que abdicar da qualidade dos resultados, o FIDA recomenda que: i) seja mantido um contato permanente entre as equipes do Projeto e as ATCs, no intuito de dirimir rapidamente as dúvidas que surgirem; ii) que cada técnico do ERP responsável por analisar PI, não ultrapasse o prazo de um dia para concluir e dar seguimento ao processo para a UGP; iii) que o plano de trabalho de cada PI seja elaborado pela ATC, cabendo a UGP apenas conferir e finalizá-lo; iv) que a transferência dos documento entre o ATC, ERP e UGP, sempre que possível seja realizada por meio eletrônico; v) que as planilhas destinadas ao monitoramento das ações realizadas pelas ATCs, ERPs e UGP sejam disponibilizadas ao FIDA nas datas indicadas nas planilhas de controle fornecidas.
7. É importante que o PPF defina com o Grupo Portfólio que instrumentos podem ser implementados de imediato e como estes podem contribuir na definição dos fluxos operacionais, monitoramento das atividades do Projeto, situação cadastral das associações, entre outras ferramentas simples e prioritárias.
8. A Missão identificou avanços importantes nas comunidades. Através dos relatos apresentados pelos beneficiários/as foi possível observar que em alguns casos a produção se tornou mais sustentável e possibilitou alguma melhoria na renda das famílias e/ou em sua alimentação. Estas constatações foram percebidas na criação de ovinos, galinhas caipiras, produção de caju, mandioca, bolos e corte e costura. Estes avanços quanto ao

alcance do objetivo principal do Projeto são consequência direta da atuação das ATCs e dos primeiros investimentos financeiros realizados nas comunidades.

9. Também foram verificadas inúmeras fragilidades, algumas já identificadas anteriormente. Os problemas relacionados com a criação de galinhas, num modelo que destoa da realidade das famílias beneficiárias, dificuldades para adquirir alguns materiais (madeira para apriscos) e insumos (palma, sementes) tem interferido diretamente no cronograma de execução dos PIs. Encontrar problemas desta natureza, nesta fase do Projeto e considerando o volume de trabalho que ainda deverá ser feito é muito preocupante, mesmo com o grande número de técnicos das ATCs em campo. Os problemas identificados foram discutidos com os técnicos das ATCs, dos ERPs e da UGP, para que se tornem exemplos e lições aprendidas para superá-los nas próximas etapas e assim permitir acelerar a implementação de todos os PIs.

10. É importante que o Projeto repasse para os ERPs e para as entidades de ATC essas informações e os demais acordos relacionados com os PIs, com a maior brevidade e clareza possível.

11. Nos casos onde a repartição do recurso entre dois membros da mesma família (ex: USD 750 para o marido e USD 750 para esposa) seja uma possibilidade para fortalecer ou melhorar alguma atividade produtiva secundária e que esta ação possa ser uma alternativa de trabalho e renda para mulheres e jovens é importante que as ATCs considerem alguns pontos durante a elaboração e análise do PI:

- a) Que seja preservado o potencial das duas atividades alcancarem os objetivos propostos, considerando a possibilidade de proporcionarem melhoria da renda e/ou segurança alimentar da família;
- b) Que o grupo de interesse seja formado por no mínimo cinco pessoas. Esta condição pode ser importante sobre a perspectiva da comercialização, especialmente nos casos em que a atividade esteja relacionada com corte e costura ou artesanato;
- c) Se a atividade secundária for diferente da(s) atividade(s) principal(is), será necessário descrevê-la como um tópico a parte no documento do PI e utilizar o SAF-PP apenas para gerar a tabela dos investimentos.

12. O Fida realça que a aplicação dessa possibilidade será um fator que vai tornar mais complexa a elaboração e a implementação do PI. Nessas condições, sugere-se que essa modalidade seja limitada a poucos casos.

13. Acesso a investimentos produtivos. De forma geral, a metodologia de elaboração dos PIPs é adequada e está baseada na realização do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), Plano de Desenvolvimento (PD) e Plano de Investimento Produtivo (PIP). Com a utilização sistemática do Manual de Elaboração de PIP e PN a expectativa é que a qualidade dos planos se torne plenamente satisfatória. Até este momento da Missão não foi possível analisar os PIPs que estão sendo elaborados pelas ATCs, mas espera-se que em muito breve isso possa ser realizado e uma retroalimentação seja realizada ao PPF.

14. Planos de negócio com cooperativas: Durante as visitas de campo parte da equipe do FIDA pode visitar a Cooperativa Agropecuária de Apicultores do Município de Parambu – COOLIMEL. A Missão avalia positivamente a visita e a iniciativa do PPF de desenvolver planos de negócio com organizações econômicas, inclusive registrando essa posição nos acordos da última Missão de Supervisão. Com o consultor que foi recentemente contratado para avaliar a viabilidade para elaborar PN com a COOLIMEL e outras duas cooperativas identificadas na mesma região, o FIDA sugere que o consultor realize rapidamente o DRP e o PD em cada cooperativa, e apresente suas conclusões preliminares ao PPF. É importante nivelar o consultor sobre o nível de complexidade atual do Projeto em relação aos prazos disponíveis, documentação necessária das cooperativas, dificuldade para realizar projetos que envolvam obras civis, necessidade de licenças, entre outros fatores. Assim, não sendo possível elaborar um PN consistente neste momento, o consultor poderá considerar a elaboração de um PIP que permita fortalecer a atividade produtiva das famílias cooperadas.

15. Mercado e comercialização: A comercialização é realizada, predominantemente da forma tradicional, ou seja, através dos atravessadores ou intermediários que comprem as produções diretamente na propriedade ou em feiras livres que ocorrem na região. Restaurantes e venda por encomendas, dentro e fora da comunidade também são canais comumente utilizados. Existe uma forte tendência que os novos PIs continuem priorizando a criação de ovinos e galinhas caipiras. No caso das galinhas caipiras, se a criação for conduzida de forma mais rústica, sem a dependência excessiva de rações comerciais a comercialização se torna menos problemática, pois o agricultor poderá planejar com mais segurança o momento de vender, sem, contudo, aumentar o custo de produção. É importante que as ATCs e o PPF acompanhem as questões relacionadas à comercialização e apoiem os agricultores/as a obterem resultados mais justos na venda de seus produtos. O PNAE também foi identificado como uma possibilidade importante de comercialização, inclusive acessada por vários agricultores/as e a ser reforçada.



16. Questão ambiental: As visitas de alguns dos primeiros PIs em implementação mostram que as entidades de ATC devem ter uma abordagem mais enfatizada sobre as questões de preservação e gestão sustentável dos recursos naturais. O uso do fogo generalizado e a erosão dos solos, são exemplos de temas que devem ser abordados de forma concreta ao implementar os investimentos produtivos.

## **APÊNDICE 4B – COMPONENTE 1 – DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES**

### **i) Introdução: sobre a importância do desenvolvimento de capacidades na promoção do desenvolvimento rural**

Diversas análises sobre o desenvolvimento estabelecem a existência de uma relação direta entre a pobreza de uma população e a sua falta de organização. As deficiências no âmbito da organização e das capacidades coletivas, encontradas com frequência na população pobre rural, são uma das causas da persistência da pobreza principalmente no meio rural (FIDA, 2011). Em vista disto, postula-se que existe a necessidade de fortalecer as capacidades coletivas da população rural, principalmente através de suas próprias organizações, buscando reforçar o seu desempenho na mobilização de diversos tipos de recursos, no acesso a informação, crédito, mercados, etc.

Ao mesmo tempo, também é preciso desenvolver as capacidades de lideranças, dirigentes e membros das comunidades para estimular e favorecer a iniciativa individual e a participação mais ampla em processos de desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, também é importante buscar a multiplicação de sinergias e parcerias com diversos atores sociais estratégicos, com especial destaque para a busca de uma maior articulação dos diversos órgãos que implementam políticas de apoio à população rural. Em consequência, também é muito importante o fortalecimento das entidades que sejam potenciais parceiras num processo deste tipo (FIDA, 2010).

Diante destas circunstâncias, e tomando como uma referência a afirmação de Amartya Sen de que *“a pobreza deve ser vista como privação de capacidades”* (SEN, 2000) (p. 109), o Projeto postula a necessidade de desenvolver os diversos tipos de capacidades da população rural, com especial ênfase no âmbito organizacional. Ao mesmo tempo, pressupõe que também é importante fortalecer outras organizações estratégicas e potencializar o alcance das políticas públicas disponíveis para a população rural pobre na área de atuação do Projeto.

### **ii) Os objetivos e linhas de trabalho do Componente 1**

Segundo o Relatório de Desenho do Projeto Paulo Freire, o objetivo central deste Componente é o de fortalecer as capacidades individuais e coletivas necessárias para a promoção de um desenvolvimento sustentável para as famílias, comunidades e organizações econômicas na área de atuação do Projeto. O Componente 1 também deve fortalecer as capacidades das equipes técnicas de entidades parceiras para que elas possam fornecer serviços de maior qualidade, e implementar um trabalho de mobilização social, com o intuito de reforçar a participação das famílias beneficiárias e a eficiência do Projeto.

Preveu-se que as atividades deste Componente devam organizar-se em torno de diversos eixos de trabalho, sendo os mais importantes os seguintes: a) Assessoria Técnica para o fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças, o desenvolvimento de capacidades para a produção e o manejo dos recursos naturais e o desenvolvimento das organizações locais; b) Capacitação em políticas públicas; c) Formação de jovens; d) Fortalecimento das capacidades das equipes de assessoria; e e) Mobilização e controle social. O PPF criou mais um eixo para este componente, que trabalhou o tema dos Comitês Locais e os processos de avaliação e planejamento do trabalho do Projeto.

Nas seções que seguem será feita uma breve retrospectiva do trabalho feito pelo componente desde o seu início. Também serão feitas observações referente à situação vivida atualmente e os desafios que se colocam para cada um dos eixos de trabalho mencionados.

### **iii) Assessoria Técnica**

No PPF, cabe à Assessoria Técnica Contínua (ATC) conduzir / acompanhar as iniciativas de fortalecimento da iniciativa coletiva e individual nas comunidades atendidas, fortalecer as organizações comunitárias e desenvolver as capacidades de agricultores/as de diversas idades nos âmbitos da produção e do manejo e preservação dos recursos naturais. Uma AT Especializada (ATE) deve ser acionada para enfrentar problemas específicos de maior complexidade.

Primeira contratação, para 62 comunidades. A ATC do Projeto Paulo Freire foi contratada em dois momentos. O primeiro ocorreu em setembro de 2015, quando foram contratadas três entidades para atender duas comunidades

em cada um dos 31 municípios atendidos pelo Projeto (num total de 62 comunidades e 2.644 famílias), conforme a tabela apresentada a seguir.

Tabela 01 – ATC contratada em setembro de 2015

Região	Entidade	No. de comunidades	No. de famílias atendidas
Sobral	CETRA	32	1.280
Inhamuns	Caritas Crateús	10	435
Cariri Oeste	Flor do Pequi	20	927
<b>Total</b>		<b>62</b>	<b>2.644</b>

Estas entidades desenvolveram, em 26 meses, um número significativo de atividades. Especial destaque para o período após a supervisão de 2016 é para a elaboração de 61 Planos de Investimento Produtivo para outras tantas comunidades. Na data da presente Revisão de Meio Termo, 27 destes PIPs receberam recursos e estão sendo implementados. Por outro lado, nas visitas feitas a campo, especialmente durante a RMT, foi possível constatar que as equipes de ATC realizaram atividades dos mais diversos tipos, conseguindo também resultados interessantes. Houve, por exemplo, um esforço sistemático de reerguimento ou criação (segundo os casos) das associações comunitárias, envolvendo tanto eventos de capacitação como a articulação com outras entidades presentes no local e o acompanhamento de trâmites que eram necessários. Houve também a realização de um número importante de eventos de capacitação relacionados com atividades produtivas e manejo de recursos naturais, muitas vezes se antecipando à implementação 'oficial' do PIP respectivo (que envolve o repasse e a aplicação de recursos pela associação comunitária). Em diversos casos, estas equipes tomaram a iniciativa de facilitar o acesso de famílias das comunidades atendidas a políticas de diversos tipos, tais como o crédito do PRONAF, mas também a construção de cisternas, de biodigestores, de sistemas de reuso de águas cinzas, etc. Citaremos ainda o caso de uma comunidade de Parambu na qual o técnico que atendia a comunidade pode articular diversas famílias interessadas com uma empresa provedora de internet, que instalou uma antena na comunidade e agora tem um grupo significativo de famílias como clientes. Infelizmente, não é possível registrar aqui todas estas iniciativas, por um lado por falta de espaço e, também, porque a informação sobre elas é de difícil acesso.

Como o compromisso do PPF foi de garantir três anos de ATC para as 62 comunidades, temos que ainda restam aproximadamente dez meses de trabalho das entidades nestas comunidades. Entendemos que todos os atores sociais diretamente envolvidos nesta iniciativa (o PPF, as entidades provedoras e as próprias comunidades) perceberam que nestas comunidades da 1ª fase existe um desafio enorme pela frente, considerando que nenhuma comunidade terminou de implementar o seu PIP e que para 32 dentre elas, esta implementação nem sequer começou ainda (na medida em que ainda não receberam recursos).

*Observações e recomendações sobre a ATC da 1ª fase.* A ATC das 62 da primeira fase deve se encerrar em outubro de 2018, ao se completarem os três anos de ATC previstos para as comunidades atendidas com este serviço. Observando o que foi feito até o momento e o panorama para futuro, fica claro que o principal problema encontrado neste âmbito da ATC 1ª fase é o atraso acumulado no domínio da elaboração e implementação dos PIPs. Houve, certamente, uma lentidão no processo de elaboração destes Planos, mas outros motivos concorrem para que este problema se apresente com a sua forma atual. Em geral, estes outros motivos se situam na esfera da tramitação do PIP nas diversas etapas pelas quais deve transitar até se tornar um convênio e a associação receber os recursos para investir. Por outro lado, também existem casos de associações com recursos na conta, que tem encontrado dificuldades na realização concreta de alguns investimentos. O tema dos gargalos administrativo-burocráticos será tratado no âmbito da seção que trata do Componente 2. Naquilo que se refere ao trabalho da ATC 1ª fase, recomenda-se de planejar com cuidado o trabalho a ser realizado nos próximos meses e acelerar ao máximo as atividades que restam por fazer até o final do contrato. Assim, por exemplo, seria possível planejar e realizar a identificação de fornecedores para os itens que devem ser comprados pela associação com o PIP, sem esperar que os recursos estejam efetivamente na conta.

Por outro lado, conforme foi dito acima, a missão constatou que foram realizadas muitas atividades e, fato de maior importância ainda, observou-se a existência de diversos resultados concretos e reais. Seria importante que isto possa ser registrado, mesmo que de forma resumida, de modo a possibilitar sua sistematização e valorização. Na mesma linha de raciocínio, seria importante criar uma forma de traduzir os registros e os números colhidos pelo sistema de monitoramento numa narrativa coerente sobre os processos de desenvolvimento que estão ocorrendo nas comunidades.

*Segunda contratação, para mais 538 comunidades (2ª fase).* No dia 31 de agosto de 2017 foram assinados oito novos contratos de ATC com sete entidades de ATC, com o intuito de atender mais 21.250 famílias em 538 comunidades, conforme distribuição apresentada na tabela 02.

Tabela 02 – ATC 2ª fase, contratada a partir de setembro de 2017

Região	Entidade	No. de comunidades	No. de famílias a serem atendidas
Sobral	CETRA (lote 3)	64	2.560
	CEALTRU (lote 4)	56	2.240
	CETRA (lote 7)	75	3.000

	Inst. Antônio Conselheiro (lote 8)	72	2.880
Inhamuns	ESPLAR (lote 2)	52	2.080
	Caritas Crateús (lote 6)	75	3.000
Cariri Oeste	CACTUS (lote 1)	66	2.640
	Flor do Pequi (lote 5)	78	3.120
<b>Total</b>		<b>538</b>	<b>21.250</b>

O trabalho desta 2ª fase iniciou-se junto com a própria assinatura dos contratos, com um grande evento de capacitação das equipes técnicas destas entidades. Este evento foi seguido de eventos regionais de capacitação e planejamento, nos quais foram pactuadas as primeiras atividades, produtos e prazos de entrega destes. Assim, já no mês de setembro estas equipes iniciaram o trabalho nas comunidades, com a realização de cadastros de famílias, diagnósticos e a elaboração de PIPs. Estas atividades realizadas (até o momento da RMT) encontram-se resumidas na tabela 03, apresentada a seguir.

Tabela 03 – Atividades realizadas pela ATC (2ª fase), nos primeiros 3 meses de trabalho (até o dia 06.12.2017)

Região	Entidade	Cadastros	DRPs elaborados	Oficinas PIPs	PIPs elaborados
Sobral	CETRA (lote 3)	1.947	21	10	-
	CEALTRU (lote 4)	1.465	19	-	-
	CETRA (lote 7)	2.270	9	7	-
	Inst. Antônio Conselheiro (lote 8)	1.521	36	11	-
Inhamuns	ESPLAR (lote 2)	1.345	27	10	5
	Caritas Crateús (lote 6)	2.001	15	16	10
Cariri Oeste	CACTUS (lote 1)	1.886	66	27	15
	Flor do Pequi (lote 5)	1.986	75	15	9
<b>Total</b>		<b>14.421</b>	<b>268</b>	<b>96</b>	<b>39</b>

*Observações sobre a ATC 2ª fase.* Embora o tempo de trabalho das equipes de ATC 2ª fase seja, até a data atual, de apenas três meses, foi possível observar que o trabalho estava avançando com bastante celeridade. Nos contatos realizados com as entidades prestadoras de ATC foi possível detectar que foi bastante bem entendido que o momento do Projeto exige celeridade, com qualidade. Ao mesmo tempo, a missão também pode detectar a existência de algumas deficiências, por exemplo, no uso do instrumento do DRP. Como atualmente não há como fazer outra coisa, recomenda-se que na supervisão que as equipes do PPF fazem em campo, elas possam propiciar os ajustes de sintonia fina em torno dos DRPs e dos PIPs sem que isto signifique um atraso no cronograma de entrega dos produtos.

A segunda observação se refere à densidade de cobertura e, ao mesmo tempo, ao custo que tem atualmente este serviço de ATC. Na missão de supervisão de 2016 foi observado que a relação de famílias atendidas por técnico era de 67 (valor muito inferior aquele utilizado no desenho do Projeto). Uma projeção feita dos gastos com ATC nestes moldes mostrou que deixaria muitas famílias sem este serviço. Foi recomendado então reduzir a 'densidade de cobertura' nos novos contratos. De fato, constata-se que na ATC 2ª fase a 'densidade de cobertura' é menor, sendo que a média atual é de 89 famílias por técnico. Cabe registrar que este número também é bem menor que a previsão do desenho. Dadas as circunstâncias do momento atual, no qual será fazer muitas atividades num período concentrado, esta 'densidade de cobertura' forte é um fator favorável. No entanto, quando todos os PIPs tenham sido entregues, a demanda de trabalho será menor. Assim, a conjunção da questão do custo e da probabilidade de uma demanda menor de trabalho faz com a missão recomende repensar esta relação, aumentando o número de famílias atendidas por cada técnica/o quando for feita a renovação dos atuais contratos em 2018.

Considerando o trabalho do PPF mais amplamente, a presente RMT registra a previsão de que deverá haver um déficit de 150 PIPs, devido as ajustes que foi necessário fazer. Isto também cria um déficit ou demanda reprimida de ATC, na medida em que seria necessário mais um ano de ATC, caso existissem estes 150 PIPs.

AT Especializada. O desenho do PPF prevê também a possibilidade de ter AT Especializada, conforme apareçam as necessidades. A missão observou que o PPF (seja pelas equipes ERPs / UGP ou via entidades parceiras) já tem mobilizado competências especializadas, as vezes sem que isto acarrete um ônus financeiro. Um exemplo deste tipo de AT pode ser vista quando o PPF levou um técnico de outro setor da SDA para organizar um trabalho de capacitação especificamente sobre novas práticas de cultivo da mandioca. Por outro lado, o PPF também tem contratado AT Especializada para produzir plantas de construções, ou para elaborar um Plano de Negócios de cooperativa.

#### iv) Capacitação em Políticas Públicas

No desenho original do Projeto Paulo Freira estava prevista uma linha de ação de capacitação, que devia repassar informação sobre as políticas públicas existentes que têm como público alvo a população pobre rural. A intenção



original era fazer um trabalho bem amplo neste âmbito, atingindo mais de 1.000 comunidades rurais da área de atuação do PPF.

Uma iniciativa importante referida a este assunto foi a elaboração e publicação, em agosto de 2017, de uma cartilha que visa servir de referência sobre o tema. Esta cartilha leva o título de “Políticas Públicas para os Povos do Semiárido – Avanços e Desafios”. Ela constitui-se numa ferramenta bem interessante onde estão registradas de forma clara as principais políticas públicas que podem ser de utilidade ao público o PPF, além de conter orientações sobre como acessá-las.

A realização de eventos de capacitação sobre o tema em questão para a população rural da área de intervenção do PPF, principal instrumento do PPF para esta linha de trabalho, teve início em fevereiro 2017. Infelizmente, esta ação não teve a abrangência prevista inicialmente no processo de contratação da realização desta atividade, já que houve problemas com o edital. Uma única entidade pode ser contratada, que recebeu a incumbência de realizar 168 oficinas de capacitação. Ela realizou, entre março e dezembro de 2017, 121 eventos de capacitação, atendendo 4.359 participantes na região de Sobral. Resultado de uma seleção feita mediante um segundo edital, recentemente foram assinados os contratos com três novas entidades, visando a realização de mais 434 oficinas num período estimado em dez meses.

*Elementos de análise desta iniciativa.* A partir de observações feitas no campo e de discussões mantidas com a equipe do PPF sobre esta atividade, pudemos constatar que as oficinas realizadas junto às comunidades despertaram bastante interesse das famílias. Por outro lado, foi constatado que, em boa parte, estas oficinas tiveram como público as famílias atendidas pelo Projeto com ATC e elaboração de PIPs. Um dos motivos disto tem sido a dificuldade de mobilizar as pessoas para participarem quando as comunidades não fazem parte do conjunto que terá o atendimento ATC e PIP aqui citado. Mesmo sendo perfeitamente compreensível esta dificuldade, a missão observa que teria sido mais interessante concentrar todos os esforços em famílias que não terão outro tipo de atendimento pelo PPF, já que este é o único instrumento efetivo do Projeto para atingir estas outras famílias. Por outro lado, cabe mencionar aqui que o contexto político e econômico atual tem tido um impacto bastante negativo nestas políticas públicas destinadas à população pobre rural, sendo que varias delas não contam com os recursos necessários para o seu funcionamento correto.

*Recomendações / acordos.* Diante do que foi exposto acima foi visto que não caberia, no momento que vive o Projeto, buscar firmar novos contratos para a realização de mais eventos de capacitação deste tipo, para além daqueles que já estão contratados, mesmo que isto signifique reduzir o número de famílias que serão atendidas com esta ação. Ao mesmo tempo, foi visto que seria muito importante direcionar a realização destes eventos buscando atender famílias que não recebem outros serviços do PPF. Foi visto também que, para poder chegar a este público, ia ser necessário estreitar os laços com organizações parceiras que tenham uma presença forte na realidade rural, tais como os STTRs. A ideia seria de colocar este instrumento (as oficinas) à disposição destas organizações, realizando as atividades até conjuntamente se isto for possível. Como esta orientação é algo diferente daquilo que foi pensado anteriormente, vai ser necessário repactuar os detalhes das ações deste tipo a serem empreendidas com as entidades recém contratadas. Além disso, a equipe do PPF está pensando organizar, no futuro, alguns eventos que foram batizados de ‘dias de cidadania’ que permitam que sejam atendidas algumas necessidades das mais básicas de pessoas das comunidades rurais, tais como a emissão de documentos essenciais como a carteira de identidade e o CPF.

Considerando as atividades que serão realizadas até 2019 nesta linha, e considerando que a meta total era de atingir 60.000 famílias com estas atividades, haverá um déficit de aproximadamente 30.000 famílias não atendidas.

v) A mobilização social

O Relatório do Desenho previu que haveria um trabalho de mobilização social, realizado por agentes recrutados nas próprias comunidades e coordenados por organizações representativas da agricultura familiar cearense. Estes agentes deveriam desempenhar um papel de comunicação entre os diversos atores envolvidos nas atividades do PPF, além de ajudar no fortalecimento da organização social e o monitoramento do andamento do trabalho.

O início das atividades desta linha de trabalho sofreu um grande atraso. Isto se deve, principalmente, a dificuldades burocráticas referidas à forma de colocar os mobilizadores em campo. O caminho encontrado, de outorga de bolsas para os jovens mobilizadores requereu a aprovação de uma lei estadual específica, fato que ocorreu recentemente<sup>3</sup>. O edital que permitirá a seleção destes mobilizadores foi lançado recentemente e espera-se que estas iniciarão as suas atividades a partir de janeiro de 2018. Enquanto isso, o PPF assinou um convênio com a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE),

---

<sup>3</sup> A Lei dos Agentes Rurais (garantia de contratação dos mobilizadores sociais mediante o pagamento de bolsas) foi votada pela Assembleia Legislativa do Estado e sancionada pelo Governador somente em junho de 2017.

para que esta entidade faça a coordenação do trabalho destes jovens, da mesma forma que aconteceu no passado com o Projeto Dom Helder Camara I<sup>4</sup>.

A missão teve a oportunidade de se reunir com a equipe da FETRAECE que terá a tarefa de supervisionar e coordenar as atividades dos mobilizadores sociais nas áreas de atuação do PPF. Tendo em conta que, dada a demora, o processo de mobilização das comunidades já está bem adiantado, nesta discussão foi possível definir com bastante clareza quais seriam as tarefas que deviam ser priorizadas pelos mobilizadores assim que eles estiverem em campo. Para além deles/as serem elos de ligação, principalmente entre as comunidades, as entidades de ATC e o PPF, foi acertado com a equipe da FETRAECE que os mobilizadores sociais teriam como principal função aquela de fortalecer as associações locais, principalmente em temas ligados ao seu funcionamento rotineiro e à gestão administrativa e contábil (pensando sobretudo na administração dos PIPs). Também deverão realizar um trabalho de mobilização e capacitação de jovens (cf. item vi a seguir).

Por outro lado, os ajustes feitos no orçamento e nas atividades a realizar pelo PPF fizeram com que não fosse possível fazer com que o trabalho permanecesse em campo o tempo que era previsto na proposta original. Com isto, registra-se um déficit de pelo menos um ano de trabalho da mobilização social.

#### vi) Formação de jovens

No desenho original, o Projeto prevê a criação de maiores oportunidades para os jovens rurais (homens e mulheres). Para tal, deveriam ser organizados programas de formação orientados para o desenvolvimento da capacidade empreendedora destes jovens, buscando chegar à elaboração de projetos de empreendimentos, abrangendo atividades de produção agropecuária sustentável, o seu beneficiamento e a conservação e recuperação dos recursos naturais, entre outros. Este trabalho exigia uma importante capacidade de mobilização, além de uma forte iniciativa no sentido de identificar temas e parceiros para montar propostas de capacitação para este público. Infelizmente não foi possível organizar as atividades previstas inicialmente para esta linha de trabalho. O principal problema, neste domínio, foi o esvaziamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCR) – que era o instrumento pensado para a busca do acesso à terra para grupos de jovens mobilizados pelos movimentos sociais rurais.

No período mais recente (final de 2016 e 2017) o PPF trabalhou no sentido de colaborar com iniciativas que foram propostas pelos movimentos de juventude rural existentes no estado do Ceará<sup>5</sup>. Assim, o PPF participou da realização de uma oficina, intitulada “Fortalecimento da Juventude Agroecológica no Ceará”. Também foi realizado, com o apoio do Programa SEMEAR / PROCASUR, o 1º Encontro de Fortalecimento das Experiências da Juventude Rural do Ceará. A criação de laços entre o Projeto e estes movimentos deverá ser bastante útil para o trabalho com jovens, esboçado a seguir, na fase do PPF que inicia-se após esta RMT.

Na discussão mantida com a equipe do PPF durante a RMT, foi possível pensar um trabalho com jovens oriundos das áreas de intervenção do Projeto que possa substituir as ações pensadas originalmente. Assim, foi proposto um trabalho de criação de pequenos grupos de jovens nas comunidades nas quais vão trabalhar os mobilizadores sociais (que também são jovens), mencionados na seção anterior. A ideia é que seja formado, em cada uma destas comunidades um grupo de 4 a 5 jovens que terão como primeira tarefa, ajudar na administração das respectivas associações comunitárias. Para além disso, estes grupos de jovens aprenderão a utilizar o ‘kit multimídia’ (com computador, data show, telão, câmera fotográfica, caixa de som) adquirido pelas associações, podendo transformar estes ‘kits’ em ferramentas interessantes para o desenvolvimento de diferentes atividades pelos jovens. Este trabalho estímulo e capacitação dos grupos será tarefa primeira dos mobilizadores/as, cada um dos quais acompanhará três grupos, nas comunidades sob a sua responsabilidade. Se considerarmos que cada mobilizador pode trabalhar desta forma com 12 a 15 jovens, então os 200 mobilizadores poderão atingir mais de 2.400 jovens nas diversas comunidades trabalhadas. A paulatina estruturação destes pequenos grupos de jovens nas comunidades deverá permitir que estes façam contato com os movimentos mais amplos de juventude e também com os demais movimentos do mundo rural, o que deve potencializar a capacitação destes jovens.

#### vii) Fortalecimento das equipes das entidades parceiras

Buscando garantir uma ATC de boa qualidade, o Projeto original previa que seja feito um trabalho de aprimoramento das equipes de assessoria, oferecendo diversas modalidades de reciclagem e capacitação. Desta feita, o PPF organizou diversos eventos de capacitação para técnicos/as de ATC. No começo da vigência de cada contrato de ATC foram realizados eventos de nivelamento sobre o que é o Projeto e sobre o seu enfoque metodológico. Assim, por exemplo, no final do agosto de 2017, foi realizado um evento de capacitação que contou

<sup>4</sup> O Projeto Dom Helder Câmara I, iniciativa do Governo Federal, em parceria com o FIDA, atuou (no período 2003 – 2010) em seis estados nordestinos. No estado do Ceará, ele estabeleceu uma parceria com a FETRAECE para que esta entidade coordenasse o trabalho dos mobilizadores sociais nas áreas do estado onde atuava o Projeto.

<sup>5</sup> Dentre estes movimentos cabe mencionar o movimento de jovens do movimento sindical (ligados à FETRAECE) e a juventude do Movimento dos Sem-Terra.

com a participação dos 278 técnicos/as das equipes contratadas para implementar a ATC da segunda fase mencionada em seção anterior. Após este evento introdutório, houve eventos territoriais de capacitação e planejamento, para completar este processo inicial de fortalecimento das equipes.

O esforço de nivelamento metodológico tem sido complementado com outros aportes de formação para técnicos/as. Assim, no segundo semestre de 2016 foram organizados três eventos de intercâmbio para técnicos das equipes de ATC da 1ª fase. Mais recentemente (em 2017) foi firmado um convênio com a EMBRAPA Caprinos e Ovinos (de Sobral), que inclui com eixo importante de atividades a organização de cursos de capacitação para as equipes da ATC.

#### viii) Os Comitês Locais e os processos de monitoramento e avaliação do trabalho do PPF

O relatório do desenho estipula que deverão ser instituídos Comitês Locais do PPF em cada um dos três territórios de sua atuação, tendo como objetivos dar transparência às suas ações, facilitar a articulação dos atores locais para empreender ações que favoreçam o desenvolvimento local e angariar o apoio necessário para facilitar a implantação das ações do Projeto. Se supunha que estes Comitês teriam uma vida própria espontânea e, portanto, não foi prevista uma linha de trabalho do Projeto para dar suporte a estas estruturas. No entanto, a equipe decidiu fazer um trabalho deste tipo, instituindo um eixo de trabalho novo no Componente1.

Acompanhando os acordos firmados com o FIDA na missão de supervisão, em 2014 a equipe do PPF visitou os 31 municípios para apresentar o Projeto e iniciar a escolha das primeiras comunidades e famílias com as quais iria trabalhar<sup>6</sup>. Nestas visitas a equipe PPF promoveu, de maneira sistemática, reuniões com diferentes atores sociais locais que tinham relação com a temática do desenvolvimento rural e o enfrentamento da pobreza (incluindo representantes do STTR, conselhos municipais, prefeituras, EMATERCE, igrejas, ONGs, etc.). Estas primeiras reuniões foram muito úteis para a identificação das comunidades mais necessitadas do município, que posteriormente eram visitadas pela equipe do Projeto para confirmar a elegibilidade destas conforme os critérios pré-definidos e acordados com o FIDA. Em 2016, o Projeto decidiu institucionalizar estes comitês informais iniciais. Assim, foram instalados formalmente os 31 Comitês Municipais do PPF, incluindo os representantes locais das organizações antes mencionadas. O PPF realizou eventos de capacitação junto a estes Comitês buscando esclarecer as funções que se espera que eles desempenhem. Os Comitês Locais tiveram um papel importante na identificação e depois a validação da escolha das comunidades com as quais trabalha de forma mais direta o Projeto. Passada a etapa desta escolha, os Comitês foram incorporando representantes das comunidades atendidas. O seu papel foi evoluindo e crescendo em importância. Atualmente eles reúnem-se regularmente duas vezes ao ano (sendo uma delas por dois dias, para realizar um planejamento anual), e sempre que seja necessário. Estes Comitês têm se tornado instâncias importantes de acompanhamento e avaliação da atuação do PPF.

Cabe também registrar que no final de 2016 e início de 2017 foram realizados, em cada Território, os processos de avaliação e planejamento do trabalho do PPF. Estes iniciaram-se com eventos comunitários de avaliação e culminaram nos seminários territoriais realizados no mês de janeiro 2017. Cada Conselho Municipal mandou representantes para o seminário territorial, buscando envolver esta instância cada vez mais nos processos de avaliação do Paulo Freire.

#### Referencias citadas

FIDA. Informe sobre la Pobreza Rural 2011 - Nuevas realidades, nuevos desafios: nuevas oportunidades para la generación del mañana. Roma: FIDA, 2010. 231 p. + Anexos.  
Disponível em: <https://www.ifad.org/documents/10180/4df0d39a-c20a-40a4-99a2-137f040c2015>

\_\_\_\_\_. Marco Estratégico del FIDA 2011 - 2015. Roma: FIDA, 2011. 48 p.  
Disponível em: <https://www.ifad.org/documents/10180/d110eb14-e9ab-4461-b729-6cdef2953745>

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

---

<sup>6</sup> A Ajuda Memória da missão de supervisão realizado em abril de 2014, diz que "...foi definida a estratégia de identificação das comunidades (aproximadamente 2 por município) com as quais o Projeto poderá trabalhar neste primeiro ano e que atendem aos critérios acima mencionados. Foi acordado que seria realizada em cada município uma reunião organizada pela UGP, com a presença sistemática, da prefeitura, da EMATERCE e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Dependendo de cada município, outras entidades poderão ser convidadas, além dessas três. Tendo como base o conhecimento da realidade de cada município que esses atores possuem, o objetivo principal dessa reunião será de realizar uma lista curta das comunidades (4 ou 5) que atendem prioritariamente aos critérios de seleção do Projeto. Os mapas de localização da pobreza rural elaborados pelo IPECE para todos os municípios serão utilizados para ajudar neste levantamento. Logo em seguida e a partir dessa lista curta, a equipe da UGP realizará breves visitas às comunidades para averiguar as indicações e confirmar a escolha das prioritárias".



## **APÊNDICE 4C – AÇÕES HÍDRICAS**

A região semiárida convive habitualmente com uma escassez de chuva. Mas nos últimos anos configurou-se, em todo o sertão nordestino, a pior seca em muitas décadas. Na região semiárida, o último 'inverno' considerado 'bom' foi aquele de 2011. A própria denominação de semiárido põe em relevo os aspectos climáticos. Como em todo o Sertão nordestino, nesta região o fator pluviometria é o elemento chave que caracteriza o clima, e determina uma série de fatores que expressam o potencial da região, principalmente quando se trata de produção agropecuária e extrativista. A variabilidade climática na estação seca é o período mais vulnerável do ano pela ameaça da seca.

O principal risco climático identificado a nível sub-nacional é a seca. De acordo com o sistema de monitoramento da seca no nordeste do Brasil, o Ceará apresenta uma ampla gama de intensidade de seca, tanto a curto quanto a longo prazo: da seca de baixa intensidade até a extrema seca. Estas condições são dinâmicas durante o ano e dependem diretamente do regime de precipitação: na estação seca a superfície que é afetada pela seca severa, extrema e excepcional é grande e durante os meses chuvosos muda a intensidade e área afetada, onde São registadas secas relativas, baixas e moderadas.

As chuvas ficam concentradas num curto período de 'inverno', que raramente ultrapassa quatro meses por ano (ocorrendo geralmente entre dezembro a abril). Isto já caracteriza uma sazonalidade muito marcada. Mas o fator climático mais relevante é certamente a variabilidade da chuva: o desvio médio (em relação à precipitação média anual) alcança, em certas regiões do Sertão, índices superiores a 50%, sendo um dos mais expressivos do mundo (NIMER, 1989). Temos assim que a chuva nesta região é escassa e, sobretudo, irregular. Enquanto que a escassez (medida, aproximadamente, pelas médias pluviométricas anuais) define o maior ou menor grau de (semi) aridez, é esta irregularidade tão marcada que faz com que a seca seja uma característica intrínseca da região.

Desde 2012, as chuvas anuais na região semiárida ficaram bem abaixo da média histórica. Além disso, é preciso registrar que o ano climático de 2012, o primeiro ano da presente seca, foi péssimo. Desde então, as chuvas anuais não têm sido suficientes para recarregar os reservatórios e permitir uma recuperação da vegetação. Assim, a presente 'grande seca', que afeta todo o Sertão nordestino, colocou em evidência que uma parte expressiva das famílias em situação pobreza e pobreza extrema da área do projeto se encontram numa situação de grande vulnerabilidade quanto ao acesso à água.

E' urgente atuar na região sobre a questão dos investimentos que permitam o armazenamento e o acesso à água, para além de melhorar as práticas de gestão deste recurso para a produção agrícola e para a criação de animais.

Em junho de 2016, entre os meses de fevereiro e maio, as precipitações observadas foram de 329,3mm. A média para o período é de 600,7mm (45,2% abaixo da média). O principal fator para mais este ano de baixas precipitações foi o El Niño. A tabela a seguir apresenta alguns dados registrados em 2016/2017 permitem observar o grau de seca no Ceará.

PRECIPITAÇÕES OBSERVADAS NA PRÉ-ESTAÇÃO CHUVOSA 2016/2017 NO CEARÁ			
MACRORREGIÃO	MÉDIA (DEZ+JAN)	OBSERVADO (2016/2017)	DESV
CARIRI	215,7mm	177,6mm	-17,
LITORAL NORTE	131,5mm	112,5mm	-14,
LITORAL DE FORTALEZA	121,5mm	113,8mm	-6,4
IBIAPABA	143,7mm	109,8mm	-23,
SERTÃO CENTRAL E INHAMUNS	119,8mm	95,8mm	-20,
LITORAL DE PECÉM	105,7mm	87,5mm	-17,
MACIÇO DE BATURITÉ	120,9mm	83,4mm	-31,
JAGUARIBANA	106,1mm	57,1mm	-46,
ESTADO DO CEARÁ	130,3mm	102,1mm	-21,

Neste contexto, a situação de acesso à água é, a cada dia, mais crítica nas comunidades do semiárido cearense. A missão considera que o acesso à água para o consumo humano se torna uma prioridade no Projeto Paulo Freire. Houve uma diminuição notável em programas públicos para apoiar a construção de cisternas e, em geral, para o acesso à água. O PPF deve ter em conta esta situação que tem um impacto direto nas ações e propostas da ATC e nas atividades de investimento social e produtivo do PPF: a escassez de água e a dificuldade de acesso a ela é um fator que condiciona negativamente e até pode impedir as possibilidades de sucesso e sustentabilidade das ações do PPF.

#### Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC)

O Programa responde a Lei do Saneamento Básico que, tem um capítulo referente às cisternas. Este capítulo é direcionado ao Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e é reconhecido como uma política pública de acesso à água para a população de baixa renda. O capítulo VI, “Do acesso à água para a população de baixa renda”, determina no artigo 68 que “a União apoiará a população rural dispersa e a população de pequenos núcleos urbanos isolados, na contenção, reservação e utilização de águas pluviais para o consumo humano e para a produção de alimentos destinados ao autoconsumo”.

A partir de 2003 para a construção de cisternas no Semiárido, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome assinou um termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) e firmou convênios anualmente com governo estaduais e municipais. O referido programa, que tem como público prioritário famílias rurais do Semiárido brasileiro com perfil de elegibilidade ao Programa Bolsa Família (PBF), vem sendo apoiado pelo MDS, mediante transferência de recursos por parte da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan). A ASA é um fórum que congrega mais de 750 organizações da sociedade civil, como comunidades eclesiais católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores/as rurais e urbanos/as, entidades comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores/as rurais, movimentos sociais e organismos de cooperação internacional públicos e privados, que trabalham para o desenvolvimento social, econômico e político sustentável do Semiárido brasileiro. O esquema de o programa concebido pela Articulação no Semiárido (ASA)<sup>1</sup>, foi embasado em experiências populares de armazenamento de água e pode ser considerado um marco na efetivação do direito à água pelas populações rurais do Semiárido<sup>2</sup>. O P1MC promove a mobilização social, a capacitação de agricultores para a gestão de recursos hídricos e o acesso descentralizado à água para o consumo humano por meio da captação de água de chuva que é armazenada em cisternas.

Um dos princípios importantes para o Programa Um Milhão de Cisternas é a capacitação sobre como usar a cisterna, isto é, seu manejo e formas de armazenamento e tratamento da água. Os dados

indicaram que os cursos de capacitação sobre manejo da cisterna e uso da água, fornecidos pelas organizações ligadas a ASA, mostraram-se extremamente eficazes. A cisterna é uma tecnologia de fácil adoção pelas famílias beneficiárias e de baixo custo de manutenção, plenamente adequada à realidade da população rural de baixa renda do Semiárido brasileiro.

O governo federal já entregou 1,2 milhão de cisternas desde 2003. Com capacidade total de armazenamento de 20,1 bilhões de litros, as tecnologias sociais criadas pelos sertanejos do Semiárido se tornaram política pública de combate à extrema pobreza, inclusão social e inclusão produtiva rural.

A falta de água potável ainda gera custos para o sistema de saúde e para a produção de alimentos. Onde antes não havia sistema de captação de água da chuva, existia um quadro de doenças constantes, a dificuldade em produzir o próprio alimento e um peso, principalmente, na cabeça das mulheres, que carregavam latas de água, nem sempre de qualidade. A construção de cisternas para consumo humano desempenhou um papel chave no aumento da disponibilidade de água para as famílias e evitou problemas de saúde associados com a falta de água potável.

As cisternas são a maior ação de adaptação climática atualmente viável e o efeito produzido pela entrega de 1,2 milhão de cisternas de água para o consumo humano e outras 160 mil tecnologias sociais de apoio à produção foi a possibilidade de suportar anos de seca sem migrações massivas e abandono de comunidades do Sertão. O programa também representa mais cidadania, uma vez que é exigido o Cadastro da Pessoa Física (CPF) do participante e a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Outra questão importante é a segurança e a transparência na execução. Por isso, as cisternas de placas são georreferenciadas e registradas no SIG-Cisternas, um sistema on-line de monitoramento.

A cisterna é construída localmente por as pessoas beneficiárias para armazenar água de chuva, como, também, para armazenar água transportada por carros-pipa. Em ambos os casos, a qualidade da água pode ser afetada por diversos fatores, tornando-se irrelevante garantir a qualidade da água consumida, seja ela oriunda de precipitações e/ou de carros-pipa. É importante construir cisternas, porém é necessário garantir a qualidade da água consumida, oriunda de precipitações e/ou de carros-pipa, pois os riscos à saúde pública existem quer por ausência de abastecimento quer por fornecimento inadequado. O desafio da sociedade e do poder público deve ser a universalização desses serviços, abrangendo não apenas o fornecimento.

Para as cisternas abastecidas por carros-pipa, também deve ser observado o disposto no Artigos 22o, Capítulo VI, que “exige submeter a processo de desinfecção, concebido e operado de forma a garantir o padrão microbiológico da Norma, toda água transportada por veículo e fornecida coletivamente”; e no 25o, no qual o responsável pelo fornecimento de água por meio de veículos deve “garantir o uso exclusivo do veículo para este fim; manter registro com dados atualizados sobre o fornecedor

### **Breve descrição da tecnologia social para cisternas**

A cisterna de placas é uma tecnologia popular para a captação de água da chuva e representa uma solução experimentada e validada de acesso a recursos hídricos para a população rural dispersa do Semiárido brasileiro. Construída com placas de cimento, elas permitem armazenar 16 mil litros de água, o suficiente para o uso de uma família de cinco pessoas durante o longo período da seca que se estende por até oito meses.

A capacidade da cisterna é de 16.000 litros de água potável: as águas pluviais na zona rural do semiárido Nordeste é um dos mais limpos na natureza. Esse montante é suficiente para abastecer uma família de até 5 pessoas durante o período de seca, que dura cerca de oito meses, com um consumo diário de 14 litros/pessoa. Para encher completamente o reservatório com uma capacidade de 16.000 litros, 500 mm de precipitação é necessária em uma área de coleta (do teto) com 40 m<sup>2</sup>. As cisternas construídas seguindo as normas técnicas e utilizando material de boa qualidade, têm um tempo médio de vida de 40 anos. Os problemas apresentados derivam de: uso de material de má

qualidade, técnicas de construção inadequadas; Uso impróprio do material do tipo do solo; Falta de cuidados especiais de manutenção, tais como não deixar a cisterna vazia e construir as cisternas ao lado das árvores.

Cisternas “Primeira água”. As cisternas caseiras são consideradas como a tecnologia mais viável para a coexistência com o semiáridas. As cisternas têm uma série de vantagens que lhes dão essa classificação: baixo custo, facilidade de disseminação da tecnologia entre os meios populares menos alfabetizados ou analfabetos, bem como a possibilidade de ser articulado com a educação familiar para o cuidado. As cisternas com uma capacidade de 16.000 litros são as mais adequadas para a realidade da região, uma vez que 76% das famílias têm entre 1 e 5 habitantes que consumirão 3.360 e 16.800 litros, respectivamente, de água durante um período de 8 meses (240 dias), com um consumo diário de 14 litros/pessoa. Desta forma, estas famílias serão capazes de capturar e armazenar água suficiente para passar o período seco (8 meses), com água disponível para beber, cozinhar e higiene oral. Portanto, é importante enfatizar que se apenas uma família não conseguir armazenar a quantidade de água ideal para o período de seca, é aconselhável que o dimensionamento das cisternas seja repensado, deixando o formulário padronizado para uma escala de Tamanho variável como o número de moradores.

Cisternas “Água para produção”. A metodologia estabelece a limitação de que as cisternas para produção (52000 litros) só podem ser construídas quando as famílias têm cisternas para a primeira água (ou outra fonte segura de acesso à água) A cisterna de produção, garante mais segurança alimentar e nutricional para a família, além da possibilidade de renda. De 2011 até o último mês de março, foram entregues mais de 162 mil tecnologias de acesso à água para produção em o Sertão.

Cisternas Escolares. Cisternas para escolas públicas da área rural do Semiárido com capacidade de armazenamento de 52 mil litros de água para consumo.

### **Reorientação de PPF para incluir acciones hídricas**

Cisternas. A RTM reconhece que, após vários anos de estiagem com baixos índices pluviométricos registrando em 2017 a maior seca na história do Ceará, a situação de acesso à água é, a cada dia, mais crítica nas comunidades do semiárido cearense. A missão considera que o acesso à água para o consumo humano se torna uma prioridade no Projeto Paulo Freire. Houve uma diminuição notável em programas públicos para apoiar a construção de cisternas e, em geral, para o acesso à água. O PPF deve ter em conta esta situação que tem um impacto direto nas ações e propostas da ATC e nas atividades de investimento social e produtivo do PPF: a escassez de água e a dificuldade de acesso a ela é um fator que condiciona negativamente e até pode impedir as possibilidades de sucesso e sustentabilidade das ações do PPF. Com base nessas considerações e de acordo com uma proposta do UGP e do SDA, a RTM concordou em realocar recursos que não foram previstas no projeto original do PPF para o acesso à água

A construção de cisternas como meio de acesso à água para consumo humano foi uno dos temas centrais de a RTM de PPF. Essa ação tem como objetivo garantir o acesso a água de qualidade para consumo humano nas populações pobres e extremamente pobres em seis territórios do Estado do Ceará, localizados no maior enclave do semiárido e que possui um delicado recorte ambiental no que diz respeito a questão hídrica, além de contribuir com as metas estabelecidas nas conferências mundiais a partir dos anos noventa, onde se estabeleceu um conjunto de propostas para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo – os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM

Compreendendo o direito água como um direito essencial e como uma questão de cidadania, a UGP de PPF, a SDA y a RTM consideraram muito positivamente as ações hídricas atualmente em andamento e iniciadas em 2017. A partir de uma proposta do PPF no primeiro semestre foi obtida a "não objeção" do FIDA para instalação de 1.209 cisternas de primeira água e 21 cisterna escola, em 62 comunidades.



O PPF, em 2017 fez o lançamento de edital para as 1209 cisternas planejadas, estabeleceu contratos com as seguintes entidades por lotes: Associação de Base Cristã (ACB), Centro de Estudos do Trabalho e da Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Centro de Estudos e Assistência Técnica às Lutas do Trabalhador Rural (CEALTRU) e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agriculturas Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE). Além disso, o PPF avançou em o processo de mobilização das famílias e no planejamento para um novo edital de cisternas, que será lançado no início de 2018. Até a missão, o PPF executou o curso de gerenciamento em recursos hídricos e realizou 101 cisternas de placa e outras 40 estão em fase avançada de construção: estima-se que o total de 1.209 cisternas previstas com a não-objeção de FIDA de 2017 de outubro de 2017, serão alcançadas no primeiro trimestre de 2018. Em consideração aos resultados positivos alcançados da demanda existente em todas as 600 comunidades e a relevância do tema, o SDA e o UGP solicitaram a realocação de recursos para atender a essa demanda que, em princípio, seria estimada em mais de 13.000 cisternas para consumo familiar, a que se devem eventualmente adicionar cisternas, ou obras, para o armazenamento de água para atividades produtivas. Trata-se de uma agenda propositiva que prioriza o acesso a água para abastecimento humano, assim como a instalação da Cisterna Escola nas comunidades de abrangência do projeto Paulo Freire

Conforme a lógica do "plano cisternas", faz parte de as atividades a capacitação de profissionais das escolas, como professores, em cursos de gerenciamento de recursos hídricos e Educação Contextualizada valendo como estímulo para que as escolas trabalhem o conhecimento e valorizem as realidades locais e a convivência com Semiárido e, segundo a assessoria da ASA, a partir de 2009 já foram implantadas cisternas em mais de 800 escolas do Semiárido.

Estaciones de tratamento moveis (ETAs). Em 2017 foi alcançado um acordo com o FIDA para cobrir parte dos custos de instalação e utilização de três estações de tratamento móveis (ETAs) de água doce superficial (açudes) e os seus respectivos 6 caminhões-pipa para "primer" abastecimento das cisternas construídas por o PPF. Em visita ao território, nos municípios de Hidrolândia, feita pela missão, foi observado como as ETAs já estão operando e em breve tempo serão localizadas nas respectivas áreas de abrangência planejada: Sertão do Inhamus, Sertão de Sobral e Cariri Oeste.

As ações e atividades do "sistema ETAs" têm um caráter piloto e devem estar sujeitas a um acompanhamento e avaliação permanentes. É necessário analisar detalhadamente os reais custos reais, a capacidade operacional e a eficiência e eficiência da operação como um todo. Prevê-se que uma avaliação do sistema, no seu conjunto, para o mês de junho de 2018 quando o programa tenha um período de funcionamento de aproximadamente seis meses e, por conseguinte, foi acordada desenvolver as atividades de análise e avaliação correspondentes, até junho 2018, encarregadas da unidade Especializado para ETAs de UGP.

A missão detectou possíveis riscos de sustentabilidade e operação das ETAs. Em relação à operação, é necessário planejar com muito detalhe a capacidade "real" do tratamento e do transporte da água, que é consideravelmente menor à capacidade "teórica" das máquinas e dos caminhões-pipa. É essencial, garantir em tempo e forma, o fornecimento (que pode ser o mínimo necessário) para as novas cisternas, para evitar possíveis danos à estrutura em fase de consolidação. É também essencial ter em conta a limpeza e saneamento das cisternas: caso contrário, será inútil o processo de tratamento de água feito pela ETAs. Assim sendo, foi acordado que o PPF fará a coleta regular de dados referente à operação das ETAs para que as mesmas sejam avaliadas. A missão reforçou que os investimentos nas ETAs do PPF se trata de uma experiência piloto e inovador e que portanto os dados coletados podem ter grande relevância para a disseminação e viabilidade da operação das ETAs no semiárido.

Para o curto-médio prazo é muito importante avançar na análise de possíveis alternativas de sustentabilidade dos custos de operação e manutenção das ETAs após o fechamento do PPF. Foi acordado que o PPF apresentará uma tabela analítica da operação das ETAs bem como de sua sustentabilidade após o PPF até a missão de abril de 2018. Isso pode envolver as prefeituras e consultas com a APRECE podem ser uma possibilidade

## Proposta de investimento do PPF em ações hídricas

A proposta de alocar esforços e recursos para ações hídricas, em especial para a construção de cisternas de chapa "1ª água" com capacidade para 16 000 litros cada e cisternas para a produção e de cisternas escolares, ambos com capacidade de 52000 litros, é considerada muito relevante pela RMT.

A demanda de cisternas é muito elevada, e que esta "tecnologia social" é muito bem conhecida e validada e tem muita experiência acumulada. Por estas razões, o MRT fez um trabalho com um UGP, para reavaliar os recursos destinados a PIP, PN, ATC e convênios, para estimar a disponibilidade de fundos para responder, pelo menos em parte, a essa demanda. Para os próximos meses a UGP de PPF deverá avançar em três direções:

a) concluir o processo de um atual edital para a construção de 1209 cisternas planejadas, responsabilidade das entidades contratadas (Associação de Base Cristã (ACB), Centro de Estudos do Trabalho e da Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Centro de Estudos e Assistência Técnica às Lutas do Trabalhador Rural (CEALTRU) e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agriculturas Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE));

b) tendo em conta os recursos disponíveis e identificados por a RTM, lançamento em janeiro 2019 de um novo edital para pelo menos 7000 cisternas, considerando que já esta fase identificou recursos para 4000 cisternas "1ª água"; 1000 cisternas para produção e 100 cisternas escolares: a diferença de 1900 cisternas poderá ser coberta, eventualmente, por recursos adicionais identificados em abril de 2018) para a construção em 2018/09;

c) em-paralelo deverá concluir-se para fim de março 2019 a apresentação de PI e PN, e em abril de 2018 será possível ter uma previsão mais precisa de disponibilidade de recursos de fonte FIDA e contrapartida: para alcançar um maior número de cisternas.

Tendo em conta a realocação dos recursos concordada, tal como indicado noutros pontos do presente memorando, existe já neste momento (de acordo com os recursos já identificados) uma possibilidade, estimada, de fazer aproximadamente 3.500 cisternas para uso familiar em 2018. Dado que a demanda será muito mais elevada que isso na outra seção deste Memorando, são apresentados os critérios de priorização e seleção. Em abril de 2018 será possível ter uma previsão mais precisa de disponibilidade de recursos de fonte FIDA e contrapartida: a maior (ou menor) disponibilidade de recursos para cisternas depende essencialmente do número de PIP e PN, e a os custos atribuído a cada um deles.

Consequentemente, em abril de 2018 pode ser realizada uma nova estimativa e por acordo entre SDR e FIDA o número de cisternas indicado (3.500) poderá ser ajustado, incrementado ou diminuído, bem como a possibilidade de execução de cisternas no primeiro semestre de 2019. Outra variável a ser tida em conta, em abril de 2018, é a possível identificação das necessidades das cisternas para uso produtivo (ou outras pequenas obras de colheita e armazenamento de água para produção) que afetem o montante disponível. Diante disso, foi acordado que um edital para 7000 cisternas será lançada em janeiro de 2018 sendo o número final definido antes da contratação e até abril de 2018. Estimativamente 1000 de produção: USD 4,8 milhões / 100 Escolares: USD 500 mil / 4000 1ª água: USD 4 milhões

A RTM concordou com as contrapartes incluem nas operações de PPF, para 2018 e primeiro semestre de 2019, ações e investimentos para a construção de pelo menos 7000 cisternas. Na data de conclusão desta RTM já identificaram os recursos para a construção em 2018/19 de 4000 cisternas de "1ª água"; 1000 cisternas para produção e 100 cisternas escolares. Os recursos serão reorientados essencialmente a partir do componente 2, e parcialmente do Componente 1, com uma redução moderada dos investimentos PIP e PN (explicado em detalhes em outra parte deste relatório) ajustes para os custos do ATC, e acesso às políticas públicas e ajustes correspondentes nas acordos e convênios, incluindo o acordo com IICA. Em abril de 2018, sucessivamente ao prazo limite de 31 de

março para a apresentação do PIP e PN, SDR, PMU e FIDA irá proceder para calcular os recursos realmente disponíveis e, o saldo eventualmente positivo, vai a ser destinado para a construção de cisternas, pelo menos para chegar ao número de 7000 mencionados acima

### **O Programa Água Doce (PAD)**

A UGP y a RTM teve contatos e analisou possibilidades de sinergias com o PAD,(na fase de conclusão no Ceará) nas comunidades onde as intervenções de PPF e PAD sejam executadas. U PAD e uma ação do Governo Federal coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil. Propõe a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis para atender, prioritariamente, as populações de baixa renda em comunidades difusas do semi-árido.

O PAD está estruturado em seis componentes: gestão, pesquisa, sistemas de dessalinização, sustentabilidade ambiental, mobilização social e sistemas de produção. O componente da gestão é responsável pela formação de recursos humanos, elaboração de diagnósticos técnicos e ambientais, manutenção e operacionalização dos sistemas, além de dar o apoio ao gerenciamento e manutenção dos sistemas. O componente pesquisa é direcionado à otimização dos sistemas de produção com o aprofundamento dos conhecimentos em plantas halófitas, nutrição animal e piscicultura.

Com o compromisso de garantir o uso sustentável dos recursos hídricos, promovendo a convivência com o semiárido a partir da sustentabilidade ambiental e social, o PAD beneficia cerca de 100 mil pessoas em 154 localidades do Nordeste, ampliando suas ações para garantir o acesso à água de qualidade nas comunidades difusas do semiárido.

O Programa Água Doce (PAD), entregou 200 sistemas de dessalinização no Ceará implantados em comunidades de 34 municípios do semiárido cearense, atendendo a cerca de 70 mil pessoas. No total, o convênio com o Ceará tem como meta a implantação, recuperação e gestão de 277 sistemas de dessalinização, o que beneficiará cerca de cem mil pessoas, com investimentos de mais de R\$ 47 milhões. O Programa Água Doce oferece mais uma opção de fonte hídrica, prioritariamente, para a população do semiárido e um trabalho conjunto foi acordado, onde é possível com o PPF.

## APÊNDICE 4D – M&A – MONITORAMENTO DOS PIs E DAS ASSOCIAÇÕES

Conforme acordo no memorando, seguem os modelos de planilhas para monitoramento e envio ao FIDA:

**TABEA 1 - ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE INVESTIMENTO**

Quem	Ação	Data para envio das informações	12/12/2017		05/01/2018		20/01/2018		05/02/2018		20/02/2018		05/03/2018		20/03/2018		05/04/2018		Totais	Meta a atingir ao final do período apurado
		Período de apuração	até 10/12/17		11 a 31/12/17		01 a 15/01/18		16 a 31/01/18		01 a 15/02/18		16 a 28/02/18		01 a 15/03/18		16 a 31/03/18			
		Comentário sobre a ação	DRP	PI	DRP	PI	DRP	PI	DRP	PI	DRP	PI	DRP	PI	DRP	PI	DRP	PI		
ATC	Oficina realizada																		0	
	Em sistematização																		0	
	Produto finalizado	Com Plano de Trabalho (PT) parcial (a ser concluído na UGP)																	0	
ERP	Aguardando análise	Indica quantos PI estão no ERP, mas ainda não foram analisados (na fila)																	0	
	Em análise																		0	
	Enviado para UGP																		0	
UGP	PI em breve análise	A UGP fará uma análise rápida e finalizará o PT																	0	
	PI aprovado e encaminhado p/ S.D.A	Com ofício de encaminhamento da associação e documentação completa e ceridões válidas																	0	
	Instrumento de Repasse formalizado																		0	



**TABELA 2 - ACOMPANHAMENTO SITUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES**

[illegible]

## **APPENDIX 5: MISSION PREPARATION AND PLANNING, TORS, SCHEDULES, PEOPLE MET**

A Missão do FIDA foi composta por Hardi Vieira (Oficial de Programas do FIDA no Brasil), Emmanuel Bayle (Coordenador Técnico da Missão e Especialista em Desenvolvimento Rural), Danilo Pisani (Especialista em Gestão Financeiro), Giulia Pedone (Especialista em Focalização, Gênero, Juventude e Comunidades Tradicionais), Lucianna Matte (Especialista em Aquisições e Contratações), Pablo Sidersky (Especialista em Desenvolvimento de Capacidades e Assistência Técnica), Pedro Meloni (Especialista em Arranjos Produtivos e Comercialização), Pietro Simoni (Especialista em Infraestrutura Rural), e Rodrigo Dias (Especialista em Planejamento, Monitoramento e Avaliação).

A Missão percorreu 10 dos 31 municípios da área de cobertura do PPF. Os seguintes municípios e comunidades foram visitados foram: Antonina do Norte (Macambira), Assaré (Serrinha dos Amâncios), Campo Sales (Lagoa Coberta), Hidrolândia (Santa Tereza do Silvino e Ilha do Esaú), Ipu (Alegria), Massapê (Trapiá), Moraújo (Timbaúba), Mucambo (Poço Verde), Parambu (Serra dos Paulos e Cooperativa COOLIMEL), Sobral (Contendas), e Tauá (Ingá).

Durante a Missão, a equipe do FIDA manteve reuniões com o Governador do Estado, o Secretário do Desenvolvimento Agrário (SDA), o Secretário de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o Secretário Adjunto da SDA, e o Secretário Executivo da SDA e equipe técnica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

Além disso, a Missão teve reuniões com o Chefe Geral da Embrapa Caprinos e Ovinos de Sobral e equipe técnica, Coordenador do Programa Água Doce da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE). Também houve reuniões com os vários parceiros na execução do PPF. Entre os parceiros nos arranjos de gestão houve reunião com o Instituto Agropolos, o Instituto Interamericano para Cooperação em Agricultura (IICA) e o Grupo Portfolio. No que tange as várias parceiras da sociedade civil responsáveis pela execução das diversas ações, houve reunião com representantes da Associação Cristã de Base (ACB), Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE), Cáritas Diocesana de Crateús (CDC), Centro de Estudo do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CACTUS), Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE), Instituto Antônio Conselheiro de Apoio, Assessoria e Pesquisa para o Desenvolvimento Humano (IAC), e Instituto Flor do Piqui (IFP).

Durante toda a Missão houve consultas constantes com a Coordenadora do PPF e a Unidade Gestora do Projeto (UGP) em Fortaleza e os Escritórios Regionais (ERPs) de Campos Sales, Sobral e Tauá. A Missão gostaria de sublinhar o excelente trabalho na preparação e agenda da RMT e no envio de informações e dados, que foram fundamentais para garantir o seu êxito.

### **Termos de Referência dos Membros da Missão.**

Os TdR dos membros da equipe técnica contratada para os trabalhos da missão encontram-se abaixo.

#### **Danilo Pisani - Especialistas em Gestão Financeira**

- i. Enviar antes do início da missão para a equipe de consultores a situação financeira de cada componente, evidenciando os recursos utilizados e comprometidos e os recursos disponíveis;
- ii. Avaliar a qualidade de pedidos de desembolso, considerando os tipos de pagamento (depósito inicial, conta especial de reposição, pagamento direto, e reembolso) e monitoramento dos desembolsos e as tendências de cada projeto e carteira por país;
- iii. Apoio na revisão do relatório apresentado e as suas conclusões;
- iv. Conduzir Avaliação da Gestão Financeira do Projeto e identificação de riscos e medidas para melhorar o sistema de gestão financeira;
- v. Propor os indicadores PSR para a gestão financeira;
- vi. Apoio na revisão e processamento de pagamentos, excluindo as atividades enumeradas;

- vii. Apoiar a revisão e análise dos cortes financeiros de gestão de relatórios, contratos de financiamento, manuais de operação, cartas ao mutuário / beneficiário e outros;
- viii. Melhorar a capacidade de projetos em gestão financeira e compreensão dos procedimentos, requisitos e políticas do FIDA nesta área;
- ix. Preparar anexo 5;
- x. Revisão do POA/PAC 2018;
- xi. Avaliar a questão de contribuição da contrapartida do Estado do Ceará;
- xii. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório de Status do Projeto (PSR).

#### **Lucianna Matte - Especialistas em Contratações e Aquisições**

##### **Atividades de apoio à execução de programas e projetos:**

- i. Verificar a elegibilidade das despesas apresentadas nos pedidos de desembolso, considerando o POA e plano de aquisições e recomendações para adequações. Análise dos pedidos e recomendação de não objeção;
- ii. Controle da correta aplicação das orientações e normas do FIDA e procedimentos acordados para a execução na carta para o mutuário, manuais, regulamentos e outros documentos normativos. (Contratos com organizações da população-alvo, contratação com fornecedores de bens - obras - serviços).
- iii. Avaliação dos avanços na estrutura do Projeto, incluindo temas de escritórios, pessoal, equipamento, veículos;
- iv. Avaliar e revisar o contrato de gestão com o IICA e Instituto Agropolos, seu funcionamento e sua renovação;
  - i. Análise e apoio à preparação e implementação de planos operacionais anuais e contratos;
  - ii. Apoiar no monitoramento do cumprimento das condições contratuais e aplicação adequada das orientações e procedimentos do FIDA e regras acordadas para compras e contratos;
- iii. Apoiar e monitorar a implementação adequada das orientações do FIDA e os procedimentos e normas acordadas;
- iv. Avaliar a equipe do PPF e seu alinhamento com TdR da contratação, organograma e processos seletivos, etc;
- v. Análise do sistema de aquisição e processo de fluxo de projetos individuais;
- vi. Revisão do POA/PAC 2018

#### **Rodrigo Dias – Especialista em Planejamento, Monitoramento e Avaliação (M&A)**

- i. Revisão dos documentos de concepção do projeto, incluindo: indicadores e marco lógico, memorandos da missão de supervisão, memorando da implementação missão de apoio, e outra documentação relevante, e aplicação e ajustes do ORMS;
- ii. Revisar adequação dos indicadores ao POA, incluindo a devida codificação das atividades do Projeto;
- iii. Avaliação dos principais produtos e avanços do Projeto;
- iv. Revisar inserção dos indicadores do marco lógico no sistema ORMS, incluindo avanços em relação ao POA e às metas do desenho;
- v. Revisar o estudo da linha de base do Projeto e o seu relatório e o desempenho da empresa contratada;
- vi. Revisão dos relatórios técnicos de progresso;
- vii. Preparar anexos 2 (Quadro Lógico de Monitoramento e Avaliação) e 4 (Indicadores de Progresso com respeito ao POA e desenho);
- viii. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório de Status do Projeto (PSR);
- ix. Preparar o quadro de plano de tarefas/acordo FIDA-Governo do Estado, e avaliar a implementação dos acordos da última missão de 2016 até o momento;

- x. Revisão do POA/PAC 2018

**Pedro Meloni – Especialistas em Planos de Investimentos e de Negócio, Sistemas Produtivos, Comercialização e Acesso aos Mercados**

- i. Avaliação dos principais produtos e avanços do Projeto, incluindo metodologia e critérios na elaboração dos Planos de investimentos e de Negócio e apresentar ao Componente Produtivo o sistema de elaboração de Projetos SAF-PP;
- ii. Avaliação da estratégia de comercialização, desenvolvimento produtivo e acesso a mercados e propor recomendações para melhorar sua efetividade;
- iii. Avaliar a viabilidade, qualidade e implementação dos PIs aprovados até o momento;
- iv. Avaliar a viabilidade, qualidade e implementação e situação dos PNs com cooperativas e acelerar essa atividade;
- v. Fornecer apoio direto ao projeto para a realização de algumas tarefas, principalmente na área do desenvolvimento produtivo e meio ambiente;
- vi. Mapeamento das possibilidades de articulação do PPF com outros programas e projetos na mesma área;
- vii. Trabalhar com a especialista de focalização para avaliar o grau de inclusão (gênero e juventude) nas atividades produtivas;

**Emmanuel Bayle – Coordenador Técnico da Missão e Especialista em Desenvolvimento rural**

- i. Rever os documentos de elaboração do projeto, memorandos da missão de supervisão, memorando de implementação a missão de apoio e assistência a outra documentação relevante;
- ii. Apoio aos instrumentos de planejamento de longo prazo como o quadro lógico, Plano Plurianual, Plano Operativo Anual (POA), Plano de Aquisições (PAC): status de implementação 2017 e proposta para 2018;
- iii. Rever os arranjos institucionais do PPF no âmbito da SDA e possibilidades de novas parcerias: Programa Água Doce e outras Secretarias;
- iv. Revisar a parte relativa a meio ambiente e sustentabilidade do PPF;
- v. Coordenar a preparação dos aportes dos membros da missão garantindo coesão e alinhamento de acordo com a estratégia delineada no desenho do PPF e/ou nos acordos de missões anteriores;
- vi. Revisão do POA/PAC 2018
- viii. Investimentos Produtivos (PIPs);

**Pietro Simoni – Especialista em Infraestrutura Rural**

- vii. Rever os documentos de elaboração do projeto, memorandos da missão de supervisão, memorando de implementação a missão de apoio e assistência a outra documentação relevante;
- viii. Apoio aos instrumentos de planejamento de longo prazo como o quadro lógico, Plano Plurianual, Plano Operativo Anual (POA), Plano de Aquisições (PAC): status de implementação 2017 e proposta para 2018;
- ix. Atuar como principal consultor nos temas de meio ambiente e recursos naturais;
- x. Rever os arranjos institucionais do PPF no âmbito da SDA e possibilidades de novas parcerias com ações no âmbito hídrico: Programa Água Doce e outras Secretarias e municípios;
- xi. Revisar o andamento das ações hídricas do projeto principalmente quanto a cisternas e ETAs móveis incluindo sua pertinência técnica e alinhamento com o escopo do Projeto;



- xii. Avaliar outras possíveis ações hídricas ou de infraestrutura rural que sirvam para reforçar o projeto e ao mesmo tempo acelerar a implementação;
- xiii. Revisão do POA/PAC 2018

#### **Pablo Sidersky – Especialistas em Desenvolvimento de Capacidades e Assistência Técnica**

- i. Avaliar estratégia de acesso a políticas públicas no marco do projeto e propor recomendações para sua melhor efetividade;
- ii. Analisar a estratégia do Projeto sobre Assessoria Técnica e o contrato em vigor e seu status com as entidades de AT, incluindo a operacionalidade do edital para AT;
- iii. Medir o desempenho das entidades de AT com relação a entrega de PN's;
- iv. Avaliar as parcerias e cooperação do projeto com a sociedade civil;
- v. Avaliar a parceria e cooperação do projeto com a Embrapa Caprinos e Ovinos;
- vi. Avaliar a estratégia e implementação relativo ao componente social, de capacidades e de mobilização social;
- vii. Fornecer apoio direto ao projeto para a realização de algumas tarefas e bom andamento do PPF;
- viii. Mapeamento das possibilidades de articulação do PPF com outros programas e projetos na mesma área;
- ix. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório de Status do Projeto (PSR);
- x. Revisão do POA/PAC 2018

#### **Giulia Pedone – Especialistas em Focalização, Juventude, Gênero, Comunidades Tradicionais**

- i. Fornecer apoio direto ao projeto para a realização de tarefas e melhoria da implementação na área de gênero, geração, etnia, comunidades tradicionais, focalização e assentamentos rurais;
- ii. Avaliar a estratégia de gênero do projeto e efetuar um diagnóstico da situação atual;
- iii. Trabalhar com a especialista produtiva e avaliar o nível de inclusão e focalização nos investimentos produtivos: gênero e juventude;
- iv. Avaliar a gestão de conhecimento incluindo intercâmbios, sistematizações, sinergias/cooperação com o Semear Internacional e outros parceiros incluindo o Slow Food;
- v. Analisar as estratégias de divulgação e comunicação do PPF e propor recomendações para sua melhor efetividade;
- vi. Fornecer apoio direto ao projeto para a realização de algumas tarefas e bom andamento do PPF;
- vii. Mapeamento das possibilidades de articulação do PPF com redes de gênero e juventude e/ou outros projetos FIDA;
- viii. Preparar o anexo de gestão do conhecimento;
- ix. Fornecer informações relevantes na elaboração do Relatório de Status do Projeto (PSR);
- x. Revisão do POA/PAC 2018